

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2021

[Handwritten signatures in blue ink]

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



[Handwritten signatures in blue ink]

APROVADO,

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 13 / 04 / 2022

Pela Assembleia Intermunicipal em reunião de 28 / 04 / 2022



mi
fi
DR.

ÍNDICE

Introdução	5
1 Atividade Relevantes	7
1.1 Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	8
1.1.1 Trás-os-Montes Conectada	9
1.1.2 SmartRegion Trás-os-Montes.....	16
1.1.3 Balcões Móveis.....	18
1.2 Eficiência Energética	19
1.3 Emprego e Empreendedorismo.....	20
1.4 Ação Social	21
1.4.1 Contratos de Emprego Inserção.....	22
1.4.2 Cultura para Todos	22
1.4.3 Equipamentos Sociais	23
1.5 Educação	24
1.5.1 Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar	24
1.5.2 Projetos.....	25
1.5.3 Equipamentos e Infraestruturas Escolares.....	28
1.6 Proteção Civil.....	28
1.6.1 Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional.....	28
1.6.2 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal	30
1.7 Património Natural e Turismo	31
1.7.1 Provere das Terras de Trás-os-Montes.....	31
1.7.2 Cadastra & Capacita TTM - Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes.....	43
1.7.3 Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes.....	44
1.7.4 Discover Duero-Douro	46
1.7.5 Festival Património Improvável.....	47
1.7.6 AgriSocial – Avaliação da Pequena Agricultura	48

7-17
Tras

Handwritten signatures and initials in blue ink.



**Terras de
Trás-os-Montes**
CIM-TTM Comunidade Intermunicipal

1.7.7	DesConstruir TTM – Desconstruir Estereótipos Construir Igualdade	49
1.7.8	Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local das Terras de Trás-os-Montes	50
1.8	Transportes.....	51
1.9	Impacto da Covid-19 nas Contas	55
1.10	Nota de Registo	55
2	Análise da Execução Orçamental.....	57
3	Análise da Situação Económica e Financeira	61
3.1	Demonstração de Resultados	62
3.2	Resultados Operacionais.....	63
3.3	Situação Financeira e Patrimonial.....	64
3.3.1	Evolução da Dívida de Terceiros.....	64
3.3.2	Evolução da Dívida a Terceiros	64
3.3.3	Indicadores de Gestão.....	65
3.4	Proposta de aplicação de resultados.....	65
4	Demonstrações Financeiras.....	67
4.1	Balanço	68
4.2	Demonstração de Resultados por Natureza	69
4.3	Demonstrações das Alterações no Património Líquido.....	70
4.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	71
	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	72
5	Demonstrações Orçamentais.....	85
5.1	Demonstração do Desempenho Orçamental	86
5.2	Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita.....	88
5.3	Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa.....	90
5.4	Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos PPI	92
	Anexo às demonstrações orçamentais.....	93

Handwritten signature and initials in blue ink.

— lim
try f' R
R.
↓

\in
 $f \rightarrow$
Fm

Introdução

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page.



O presente relatório de Gestão e Contas visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2021 pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, bem como a forma como os recursos disponíveis foram aplicados, em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o período 2014-2020.

A CIM-TTM foi criada em 2013 (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro), por cisão da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Deste modo, o ano de 2021 representa o oitavo ano completo de atividade.

Após a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), em 5 de agosto de 2015, a atividade da CIM-TTM centrou-se na gestão das verbas afetas ao território, sem nunca descurar outras candidaturas e outras reivindicações para um território mais coeso, mais próximo e mais próspero. Para tal, foi necessário trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos das Terras de Trás-os-Montes, na construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, na montagem técnica, financeira e institucional dos projetos do PDCT e na estruturação de parcerias e projetos de cooperação territorial, no âmbito do INTERREG VA e SUDOE, bem como na qualificação e internacionalização do território.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin.

No tocante à afirmação do território e aumento da sua notoriedade, bem como no planeamento e aplicação contínua de uma estratégia de diferenciação desta região, com a criação e desenvolvimento da marca territorial "Terras de Trás-os-Montes", que tem como objetivo afirmar-se de forma positiva na gestão territorial e no desenvolvimento local, criando oportunidades de geração de valor para todos os agentes que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais.

O ano de 2021 ficou marcado pela Pandemia COVID-19, mas também pelo avanço de diversos projetos e término de outros que tinham iniciado em anos anteriores e que abrangem as áreas da educação, transportes, proteção civil, incentivos ao emprego e ao empreendedorismo, turismo e desenvolvimento económico. Mais adiante será desenvolvida cada atividade de forma mais pormenorizada.

Importa referir que, com o esforço de todos, a CIM-TTM registou um resultado líquido positivo.

O Conselho Intermunicipal realizou 11 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias ao longo do ano 2021.

— Kim Ho Kim
[Signature] [Signature] R.
[Signature]

[Signature]
[Signature]
Fina

1 Atividade Relevantes

Durante o ano de 2021, a CIM-TTM deu continuidade às atividades que tem vindo a desenvolver, e iniciou outras de carácter relevante. De seguida daremos informação dos diversos projetos/atividades, por área de atuação, de modo a facilitar a leitura do documento.

Assim, ao longo do ano 2021, a CIM-TTM afirmou-se enquanto organismo intermédio na gestão das candidaturas e avançou na execução das operações em que é promotora.

Foram analisadas diversas candidaturas e pedidos de pagamento, bem como reprogramações solicitadas pelos diferentes promotores.

No âmbito das verbas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT TTM) a evolução da execução das candidaturas ao longo do ano de 2021, ao nível das diferentes prioridades de investimento (PI) foi a que a seguir se descreve:

NORTE 2020 - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial *

Data reporte: 31/12/2021

CIM/AMP	PI	Dotação PDCT (1)	Apoio			Execução (Base Faturação)			Taxa Compromisso Efetivo (3)/(1)	Peso Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT [(3)+(2))/(1)	Taxa Execução (Base Faturação) (4)/(1)	Taxa Pagamento (6)/(1)
			N.º	Investimento elegível aprovado	Fundo aprovado (3)	Fundo Executado validado (4)	Fundo Executado em análise Beneficiário (5)	Fundo pago ao Beneficiário (6)				
Terras de Trás-os-Montes	PI 2.3 Aplicações de TIC	3 147 689	2	3 496 593	2 972 104	2 727 375	3 477	2 840 004	94,4%	100,0%	86,6%	90,2%
	PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	5 571 485	17	6 037 845	5 467 129	4 554 297	224 690	4 319 860	98,1%	98,1%	81,7%	77,5%
	PI 8.3 Criação de emprego	462 316	33	509 156	432 782	44 242	111 753	63 673	99,6%	99,6%	9,6%	13,8%
	PI 8.8 Viveiros de empresas	7 849 615	32	6 301 344	3 009 809	1 992 493	95 154	2 025 417	38,3%	153,7%	25,4%	25,8%
	PI 9.1 Indústria ativa	9 260 800	8	12 111 743	10 294 981	7 531 531	44 487	7 203 865	111,2%	111,2%	81,3%	77,8%
	PI 9.4 Lares	0	0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	9 364 220	51	8 636 685	7 325 212	1 609 614	496 256	1 663 456	78,2%	91,6%	17,2%	17,8%
	PI 10.1 Abandono escolar	5 415 317	22	6 325 437	5 376 622	1 433 953	1 008 572	1 864 855	99,3%	99,3%	26,5%	34,4%
	PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	19 530 114	21	19 222 401	16 313 790	12 470 208	144 951	11 969 242	83,5%	91,9%	63,9%	61,3%
	Total Terras de Trás-os-Montes	60 601 557	186	62 641 204	51 192 430	32 363 713	2 129 340	31 950 372	84,5%	104,5%	53,4%	52,7%

1.1 Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e a sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM continua a desenvolver alguns projetos que visam aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no PDCT-TTM para esta temática assentam no desenvolvimento de três projetos na PI 2.3:

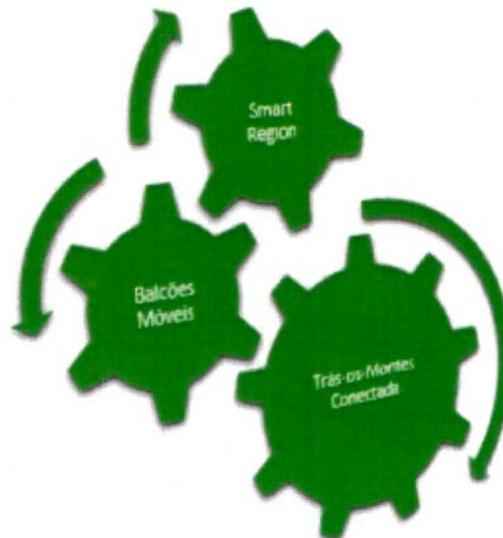
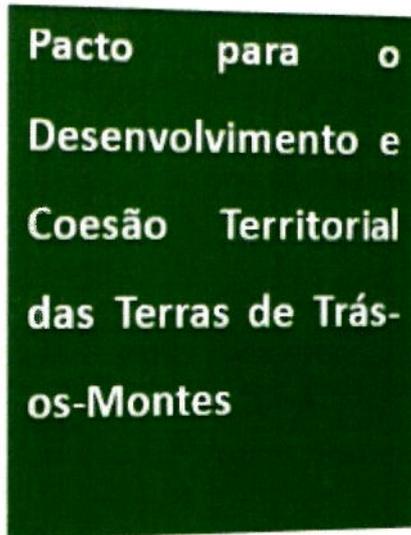
2.3 a) | "Trás-os-Montes Conectada" - Plataforma única de atendimento aos cidadãos



Terras de Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

2.3 b) | SmartRegion Trás-os-Montes

2.3 c) | Balcão Móvel



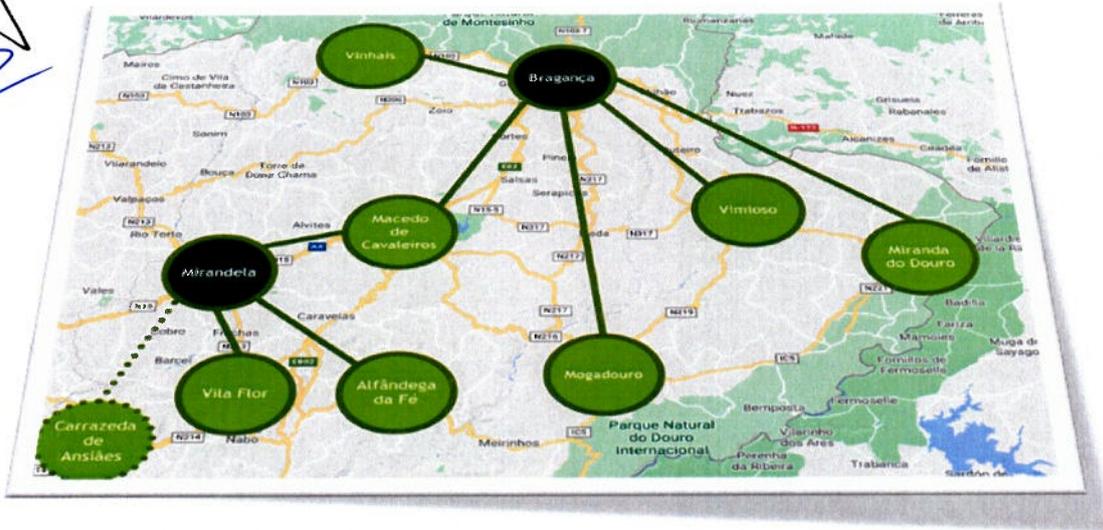
Destes três projetos, o “2.3 b) Smart Region Trás-os-Montes”, iniciou em junho de 2021, pelo facto da submissão da candidatura ao aviso específico ter sido aprovado só no decorrer de março de 2020.

Quanto aos restantes, “Trás-os-Montes Conectada” e “Balcão Móvel”, de seguida apresenta-se a descrição mais detalhada e o ponto de situação da sua execução ao longo do ano 2021.

1.1.1 Trás-os-Montes Conectada

A operação “Trás-os-Montes Conectada” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica que permitirá aos Municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar e centralizar os recursos e aumentar a capacidade de processamento e segurança da informação (Ação 1 - Estrutura Tecnológica de Apoio à CIM-TTM), que se traduz na disponibilização de uma plataforma única que servirá os cidadãos (Ação 2 - Serviços Multicanal ao Cidadão) da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que contempla os nove Municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, totalizando a área de 5.543,61 Km² e uma população correspondente a 117.527 habitantes (Censos 2011).

Handwritten signatures and scribbles in blue ink.



Rede CIM-TTM entre Municípios

“Trás-os-Montes Conectada” é uma operação enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” – Aviso n.º NORTE-50-2016-12. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '7-7-7'.

A operacionalização das ações previstas na operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá cumprir os objetivos preconizados em duas medidas previstas no PDCT-TTM, designadamente a plataforma única de atendimento aos cidadãos e, conseqüente, a implementação de uma plataforma smart.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC’s.



DataCenter Partilhado AMTQT / CIM-TTM



Neste enquadramento, a implementação da operação "Trás-os-Montes Conectada" permitirá alcançar os seguintes resultados:

- Aumentar o número de acessos e a utilização dos serviços públicos digitais;
- Aumentar a oferta e a procura de serviços coletivos em rede na região;
- Melhorar os processos organizacionais;
- Reduzir os custos de contexto;
- Melhorar a eficiência dos serviços da Administração Pública;
- Qualificar a prestação do serviço público.

1.1.1.1 Ações

Esta operação desenvolve-se nas seguintes ações:

Ação 1: Perspetiva-se a criação de uma base sólida para a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica a partir de qualquer local do território, garantindo, com assento nesta base, um serviço ao cidadão multicanal, que é o que se preconiza na ação 2. Neste contexto, por forma a facilitar e organizar o processo de operacionalização, esta divide-se nas seguintes subações, verificando-se o ponto de situação (PdS) em cada uma delas:

- **Subação 1.1: Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes)**

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, tendo prosseguido em 2021, onde diversos Municípios já utilizam o serviço de forma diária;

- **Subação 1.2: Disponibilização de rede wi-fi nos municípios**

PdS: Foi investido parte do valor total da ação para reforço da estrutura base existente no que concerne aos controladores de equipamento ativo e passivo. O restante valor não foi aplicado visto que os municípios aderiram ao programa do Turismo Porto e Norte que previa a aquisição de equipamentos similares, tendo o valor sobranante sido reprogramado;

- **Subação 1.3: Solução MPLS para o backbone da RCBL**

PdS: Foi implementado em 2019 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

- **Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios**

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, tendo prosseguido em 2021, onde diversos Municípios já utilizam o serviço de forma diária;

- **Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall**



PdS: Foi implementado em 2018 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

- **Subação 1.6: Implementação do Regulamento (EU) 2016/679**

PdS: Foi iniciada em 2018 a sua implementação. Faltam um conjunto de ações de formação em cada município para integrar as necessidades do RGPD com a realidade municipal;

- **Subação 1.7: Modernização no Planeamento e Gestão do Território**

PdS: Foi implementado em 2017 com a aquisição de um hexacóptero e uma estação de processamento no sentido de colmatar a necessidade de levantamentos topográficos, atualização da carta de uso e ocupação de solo, atualização da CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), etc.

Ação 2: Decorrente da consolidação da ação 1, surge a base para implementar a ação 2, cujo objetivo é a disponibilização de serviços e a aproximação dos cidadãos e das empresas aos serviços municipais, de forma célere, intuitiva, segura e eficaz. As atividades a desenvolver no contexto desta ação dividem-se nas seguintes subações:

- **Subação 2.1 - Faturação Eletrónica**

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2018, tendo sido concretizada a sua instalação tecnológica em 2019 e agendada formação para os colaboradores municipais em maio / junho de 2020. Já se encontra em pleno funcionamento em todos os Municípios, tendo sido efetuado um update para receção de faturação através de EDI e estando a ser negociada a emissão da faturação por parte dos Municípios;

- **Subação 2.2 - Implementação de Processos de Negócio**

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2019 que prevê a implementação de serviços de automatização e reengenharia de processos gerais (otimização da utilização dos recursos com vista à implementação dos Serviços Online) e de Serviços de automatização e reengenharia de processos financeiros (Executar todos os procedimentos de equivalências do plano de contas do POCAL para o Plano de Contas Multidimensional de SNC-AP); Faltam executar alguns procedimentos relacionados com os serviços online, devido à complexidade de interoperabilidade entre diversos sistemas existentes nos municípios.

- **Subação 2.3 – Aplicações SIGMA**

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020. Continuam a ser optimizadas em 2021 as aplicações de PES e SNC;

- **Subação 2.4 – Aplicação de mobilidade do cidadão**

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020 através da publicação total nas AppStores IOS e Android. Existem



municípios com algumas dificuldades administrativas nas criações de contas Apple Store, que contamos que fiquem sanadas durante 2022;

- **Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa**

PdS: Foi implementado em 2019 a Plataforma de Gestão de Ocorrências, em 2018 as Plataformas de Orçamento Participativo e em 2017 a Plataforma PetCare para os CRO Municipais;

Em outubro e novembro de 2019, a Candidatura “Trás-os-Montes Conectada” foi alvo de uma auditoria de execução por parte da ADC, tendo sido deliberadas pequenas correções de âmbito administrativo e de publicidade da operação, tendo sido validado todo o procedimento.

Ainda em 2019, foi solicitada uma reprogramação física e financeira de toda a operação da *Trás-os-Montes Conectada*, tendo sido aceite em fevereiro de 2020. Nessa reprogramação encontram-se vigentes as seguintes implementações futuras que teriam que ser realizadas até final de novembro de 2020:



- **Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios**

Prevê-se o reforço desta infraestrutura por forma a reforçar o número de equipamentos fixos e portáteis para cada Município. A intervenção foi colocada a concurso em junho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final do ano, tendo prosseguido em 2021, onde diversos Municípios já utilizam o serviço de forma diária;

- **Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall**

PdS: Foi reforçada a verba existente para update da estrutura tecnológica de segurança base da rede da CIM-TTM; A intervenção foi colocada a concurso em junho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

- **Subação 1.8: Implementação de normas do Centro Nacional de Cibersegurança**

Prevê-se a aplicação de políticas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, dotando os Municípios da CIMTTM dos instrumentos mais essenciais que lhe permitirão fazer face às ameaças e perigos do Mundo Digital e com definição de fases de aplicabilidade de segurança. A intervenção foi colocada a concurso em julho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

- **Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa**

PdS: Foi reforçada a verba existente para albergar uma estrutura informática para gestão e monitorização de todas as reuniões municipais. A intervenção foi colocada a concurso em julho de 2020;

Foi ainda adjudicado em 2020 um Sistema Integrado de Gestão Municipal e Autárquico para dotar a instituição CIM-TTM de um sistema de gestão centralizado para toda a documentação no âmbito de diversas áreas.



No final de 2020 e ainda no decorrer do ano de 2021 houve ainda possibilidade de submeter novos pedidos de reprogramação da candidatura, fruto do aproveitamento de saldos transitados da Prioridade de Investimento 2.3 do PDCT, tendo resultado as seguintes novas/alterações ações a concretizar:

- **Ação 1.7 – Modernização no Planeamento e Gestão do Território**

Reforço da verba inicialmente alocada através de uma sub-ação 1.7.3 - “Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica” - no valor de 45.558,88€ (decorrente do saldo final sobranante de todas as outras ações).

Assim, pretende-se adjudicar uma plataforma onde a divulgação da informação geográfica garanta um maior conhecimento do território, apoiando a sua preservação, valorização e desenvolvimento, suscitando um envolvimento mais ativo dos cidadãos e proporcionando o surgimento de uma nova cultura de cidadania para com o território.

A Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica será desenvolvida tendo como principal objetivo o acesso, através de aplicações inovadoras, que aliam as potencialidades de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com as permissões de acesso, transferência, visualização e manipulação de informação na Web, a toda a informação geográfica existente, funcionando como um sistema de informação territorial.

Por forma a maximizar e rentabilizar a infraestruturas de dados espaciais (IDE) recentemente criada urge a necessidade de migrar todos os serviços baseados na base de dados da referida infraestrutura. Atualmente o sistema encontra-se dividido em duas bases de dados distintas provocando redundância de dados, sendo desaconselhado em sistemas de informação geográfica, sendo o objetivo centralizar toda a informação.

Esta migração permite ainda integrar o parecer do GTF municipais nos pareceres urbanísticos cumprido assim a recente alteração ao DL nº124/2006 de 28 de junho de 21/01/2019 que obriga à emissão de parecer do técnico do responsável do GTF municipal.

- **Ação 1.8 – Implementação das normas do CNCS**

No seguimento das orientações do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) que definiu um modelo de capacitação em cibersegurança, visando a melhoria de processos, pessoas e tecnologias nas organizações nacionais, e no caso da infraestrutura da CIM-TTM, a complexidade e o crescimento exponencial relacionado com o número de aplicações existentes, máquinas virtuais, Cloud, terminais e equipamentos de rede ativos e passivos, permite antecipar um aumento da exposição externa de ataques cibernéticos.

Desta forma, e seguindo as orientações do CNCS – através da sua implementação - a segurança que se pretende para os sistemas críticos é essencial e requer-se visibilidade transversal e de contexto sobre os sistemas e sobre todos os dispositivos em tempo real, existindo a necessidade



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

de observar, catalogar e corrigir proactivamente possíveis incidentes de intrusão e/ou de comprometimento de segurança, sejam eles externos ou que tenham origens dentro da rede interna, protegendo os sistemas de ataques direcionados a terminais, servidores ou equipamentos de rede. Neste contexto, surgiu a necessidade de adquirir um “Sistema de Análise de Segurança e Rede” que permita identificar e corrigir comprometimentos de segurança na rede da CIM-TTM, através de correlações cruzadas com bases de dados mundiais especializadas e que utilize sistemas de inteligência artificial a fim de identificar, investigar, priorizar, escalar e sanar possíveis ataques, mesmo antes de ocorrerem. Durante 2021, foi possível agregar mais fontes de dados de segurança e implementar novas políticas de monitorização dos servidores que se encontram em funcionamento.

- **Ação 2.5.4 – Redefinição do propósito da ação e renomeação para “Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal”, com a mesma verba e componentes associadas.**

Esta alteração prende-se pelo facto da necessária adaptação e priorização de investimentos no decorrer da implementação das ações inicialmente previstas e para que fosse possível reforçar os principais objetivos e resultados da operação no que concerne ao aumento de acessos e utilização de serviços públicos digitais.

Desta forma e considerando que a modernização do atendimento municipal é um fator fundamental de sucesso para alcançar uma relação excelente com os municípios, nos tempos de pandemia que se vivem é vital dotar os municípios de ferramentas que aumentem a agilidade do atendimento, criando canais inovadores de proximidade e humanização, e simultaneamente garantir total segurança e confiança quer dos cidadãos quer dos funcionários.

Assim foi possível criar uma Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal que agregou mecanismos automáticos e/ou manuais de atendimento, tais como:

- Atendimento por chat ou vídeo no site os municípios;
- Receção de formulários submetidos de forma anónima ou autenticada;
- Receção de ocorrências submetidos de forma anónima ou autenticada;
- Disponibilização de agendamento e reagendamento online.

- **Ação 1.7 – Modernização no Planeamento e Gestão do Território**

Reforço da verba inicialmente alocada através de uma sub-ação 1.7.3 - “Plataforma de Gestão Territorial”

Assim, adjudicou-se um equipamento orientado à captura de imagens tridimensionais envolventes do território, edifícios e orografia do terreno com mapeamento vetorial por forma a “alimentar” a Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica já existente e maximizar e

[Handwritten signature and initials in blue ink]

rentabilizar a infraestrutura de dados espaciais (IDE) recentemente criada de modo a gerar dados autónomas e independentes de soluções comerciais.

Foi possível ainda adquirir um equipamento de armazenamento de dados redundante que foi instalado nos dataCenters em Mirandela e Bragança com maior capacidade de dados, para alimentar a Infraestrutura de Dados Espaciais e correlacionar dados com o mais recente projeto em execução Bupi – Balcão Único do Prédio.

- **Ação 2.5.1.1 – Update aos Módulos de Gestão de Ocorrências**

Criação de nova ação que permita efetuar uma atualização do serviço online dos módulos de gestão de reportes de Ocorrências no sentido de otimizar a atual Plataforma de “Registo, Comunicação, Gestão e Tratamento de Dados de Ocorrências” para reporte de ocorrências interligadas com os portais institucionais dos municípios integrantes da CIM-TTM.

- **Ação 2.5.6 – Solução de Colaboração de Comunicação**

A atual crise pandémica COVID-19, obrigou a uma alteração na forma de comunicar entre cada um dos agentes responsáveis pela gestão municipal. A necessidade de comunicar de forma digital, através de softwares e plataformas distintas, criou a necessidade de agregar e uniformizar a forma de comunicação entre os diversos municípios, CIMTTM e municípes.

Assim, adjudicou-se um conjunto de equipamentos que servem os municípios integrantes da CIMTTM por forma a uniformizar a forma de comunicação entre eles e o exterior, criando salas de comunicação digitais com sistemas de áudio e vídeo individuais para o efeito, mais especificamente o serviço associado à Cisco Webex Platform.

1.1.2 SmartRegion Trás-os-Montes

“SmartRegion Trás-os-Montes” é uma operação que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT-TTM), enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2019-57. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A Operação “SmartRegion Trás-os-Montes” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a Incêndios e a Emergências, Governança,



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. J.', 'F.', 'P.', and 'R. J.']

Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento) que fornece uma abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a CIM-TTM.

A operação “SmartRegion Trás-os-Montes” enquadra-se na Tipologia de intervenção 50 – Promoção das TIC’s na administração e serviços públicos, abrangando as seguintes tipologias de ação: Aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos na região, através de projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios societais emergentes; Criação das condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico na região e à articulação entre entidades em matéria de redes e serviços TIC, através da adoção de soluções que permitam construir serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; Aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono de entidades públicas da região, através da adoção de soluções que promovam uma maior eficiência interna dos serviços públicos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F.', 'P.', and 'Fm']

A operacionalização das ações previstas na operação “SmartRegion Trás-os-Montes” permitirá cumprir os objetivos preconizados previstos no PDCT-TTM, designadamente a implementação de uma plataforma *Smart* por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da *EcoRegião* e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos públicos, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC’s.

Em abril de 2020 foi submetida a candidatura (NORTE-09-0550-FEDER-000218) ao aviso específico, tendo sido aprovada em março de 2021, para que possam ser executadas as ações previstas dentro do calendário definido, entre junho de 2021 e maio de 2023.

Foi assim adjudicado os serviços de análise e catalogação dos dados pretendidos a uma empresa externa que neste momento se encontra a trabalhar com os municípios para recolha dos indicadores necessários à execução do projeto.

Pretende-se ainda congregiar esforços com submissão de outras candidaturas em vigor relacionadas com a execução dos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas da região por forma a adquirir mais equipamentos de sensorização complementar para monitorização da região.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



1.1.3 Balcões Móveis

A operação “Balcões Móveis” consiste na implementação de um inovador serviço itinerante de atendimento descentralizado da Administração Pública, designado por Balcão Móvel, que servirá os cidadãos da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

O projeto “Balcões Móveis” tem por objetivo aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

Os “Balcões Móveis” envolveram a aquisição e adaptação de 9 veículos automóveis 100% elétricos a utilizar como serviços itinerantes para a promoção de uma administração em rede e implicará o desenvolvimento e integração de equipamentos tecnológicos interativos de suporte ao novo modelo de atendimento e integração destes sistemas e infraestruturas tecnológicas com os existentes nas diferentes áreas e níveis de administração, que resultará em maior eficácia na interação da Administração Pública com os cidadãos.

Por conseguinte, a implementação da presente operação levará a um aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais e o aumento da oferta de serviços.

A implementação da operação visa aumentar a proximidade dos serviços da Administração pública com os cidadãos e qualificar a prestação do serviço público através da disponibilização na CIM-TTM de 9 unidades móveis de serviços públicos da Administração com as características do Balcão do Cidadão, integrando serviços de proximidade aos cidadãos deste território.

Esta operação foi executada em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), através da colaboração necessária a que os “Balcões Móveis” permitam disponibilizar serviços da Administração Central. Considera-se a AMA um importante parceiro visto ser detentora de competências no domínio da administração eletrónica, designadamente na gestão dos Portais do Cidadão e da Empresa e no desenvolvimento de projetos infraestruturais como o Cartão de Cidadão ou a plataforma de interoperabilidade, necessárias a uma correta execução das atividades previstas.

Os “Balcões Móveis” constituem um modelo descentralizado de prestação de serviços, onde os utentes, especialmente as populações das zonas rurais e afastadas dos centros urbanos, podem aceder de forma cómoda e prática a serviços públicos eletrónicos diversificados do Município e da Administração Central.

Este inovador serviço facilitará igualmente o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida aos serviços públicos, permitindo um atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the left side of the page.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AR.' and 'Fm'.

Em dezembro de 2018 foram entregues as nove viaturas. Durante o mês de janeiro de 2019 realizaram-se ações de formação promovidas pela AMA para formar os funcionários/operadores que vão atuar nos balcões móveis nas aplicações que são da sua competência.



Em outubro de 2019 foram redistribuídos novos equipamentos informáticos por parte da AMA, por forma a colmatar algumas debilidades existentes, estando agora devidamente equipados com possibilidade de prestação de 240 serviços de 18 entidades da administração central e municipal.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fm'.

O projeto já se encontra em funcionamento desde o último trimestre de 2019, sendo que alguns municípios iniciaram os trabalhos em março de 2020, tendo sido prestado apoio pontual durante o ano de 2021 na resolução de problemas relacionados com interligação de equipamentos, defeitos estruturais pontuais e foi reforçada a verba associada ao pagamento das comunicações integrantes com a AMA, tendo sido corrigido o contrato em vigor.

1.2 Eficiência Energética

Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autossustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas:

4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas

Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO2 e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adoção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética.

No âmbito da prioridade de investimento 4.3 - a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas, durante o ano de 2021 foram analisadas 13 reprogramações (Física, Financeira e Temporal), estando neste momento esta PI com uma taxa de execução de **87,9%**.



Eficiência Energética em Infraestruturas públicas PI 4.3

Municípios	Designação Investimento	Código	Reprogramação
Bragança	(IP) II	NORTE-03-1203-FEDER-000161	F/F/T
Macedo de Cavaleiros	Paços do Concelho	NORTE-03-1203-FEDER-000044	F/T
	(IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000198	F/F/T
Miranda do Douro	(IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000017	T
Mirandela	Fase II (IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000350	F/F/T
Mogadouro	Jardim de Infância	NORTE-03-1203-FEDER-000101	F/F/T
	(IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000033	T
	Piscina Coberta	NORTE-03-1203-FEDER-000035	F/T
Vila Flor	Paços do Concelho	NORTE-03-1203-FEDER-000016	F/F/T
	(IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000170	F
	Fase II (IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000342	F/F/T
Vinhais	(IP)	NORTE-03-1203-FEDER-000106	T
	Paços do Concelho	NORTE-03-1203-FEDER-000345	F/F/T

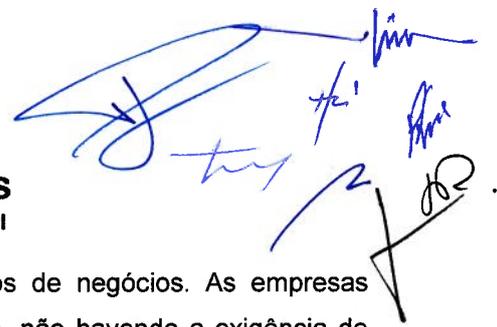
1.3 Emprego e Empreendedorismo

A conjugação das Prioridades de Investimento 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SI2E) do Pacto, pretendem afirmar-se como um incentivo à criação do próprio emprego e de novos postos de trabalho.

Com os avisos do SI2E encerrados e os projetos em execução foi lançado o aviso para apresentação de candidaturas do Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN) com uma dotação inicial de 3.718.762,00€.

O objetivo deste Programa consiste na criação de um instrumento de política pública de apoio direto ao investimento empresarial produtivo que terá como objetivo estimular a produção nacional, pelo que terá enfoque no setor industrial e no setor do turismo, entre outros setores relevantes para estimular a produção nacional e a redução da dependência face ao exterior, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados.

Neste contexto de necessidade de estimular a retoma económica, é importante apoiar a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços tecnológicos/digitais e sistemas de qualidade, sistemas de certificação que alterem os processos produtivos das empresas, apoiando-as na transição digital, na transição energética, na introdução de processos de produção ambientalmente mais amigáveis e que sejam, simultaneamente, um estímulo à produção nacional, de modo a promover melhoria



da produtividade das empresas num contexto de novos modelos de negócios. As empresas deverão assumir o compromisso de manter os postos de trabalho, não havendo a exigência de criação de postos de trabalho.

O apoio à produção nacional enquadra-se na iniciativa + CO3SO Competitividade, contribuindo para elevar as competências das empresas, numa perspetiva de reforço de competitividade dos territórios, nomeadamente os do interior. Esta iniciativa integra também o Programa de Valorização do Interior, eixo 4 - Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos -, visando a captação de investimento para o Interior, através de instrumentos de política pública adaptados às especificidades dos territórios.

Este aviso de concurso enquadra-se no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, na Prioridade de Investimento (PI) 8.8 (FEDER) – “Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” (FEDER), no âmbito do Objetivo Temático 8 – “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (FEDER)”.



Este Aviso encerrou em 31-03-2021, tendo sido submetidas 143 candidaturas das quais 88 tinham mérito igual ou superior a 3, o que em termos de valor perfaziam o montante FEDER de 5.253.866,47€ bem acima da dotação do aviso. Neste sentido, ainda em 2021 se iniciou o processo para reforçar a dotação, nomeadamente com as disponibilidades financeiras decorrentes da desistência e anulação de projetos aprovados no SI2E, e assim, desta forma podermos contemplar todas as candidaturas que tiveram mérito no PAPN.

1.4 Ação Social

Na vertente de Inclusão Social e Pobreza é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas:

- 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção
- 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado
- 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo
- 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais

Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



1.4.1 Contratos de Emprego Inserção

Handwritten signature in blue ink.
As verbas previstas na PI 9.1 a) têm como beneficiário o Instituto do Emprego e Formação Profissional e contempla o apoio financeiro às pessoas que se encontram desempregadas e beneficiárias de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego (CEI e CEI+).

Com uma dotação significativa de cerca de 11 milhões de euros, com a realização do último Aviso toda a verba está comprometida tendo permitido apoiar um número significativo de pessoas que, neste período, beneficiaram de programas de emprego e inserção de inúmeras instituições que visaram a realização de trabalhos socialmente necessários.

1.4.2 Cultura para Todos

Handwritten signature in blue ink.
As verbas previstas nas PI's 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado e 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo foram transferidas para a PI 9.1 c) | Cultura para Todos com um montante de 1 786 487,12 euros tendo a CIM-TTM apresentado uma candidatura bem como todos os municípios. Devido aos condicionalismos impostos pela Pandemia da COVID 19, nomeadamente à realização de eventos com aglomerados de pessoas foi solicitado pelo Governo que as candidaturas da cultura para todos fossem desistidas e as verbas transferidas para outras PI'S.

Handwritten signature in blue ink.
Neste exercício foram aprovadas as seguintes candidaturas.

PI	Designação do Investimento	Designação do Promotor	Investimento Total Elegível	Fundo
9.1	Cultura para todos nas Terras de Trás-os-Montes	CIM-TTM	56 747,24	48 235,15
9.1	Cultura para todos em Bragança	Município de Bragança	368 436,69	313 171,19
9.1	Cultura para todos em Mogadouro	Município de Mogadouro	222 785,45	189 367,63
9.1	Cultura para todos em Vimioso	Município de Vimioso	146 071,59	124 160,85
9.1	Cultura para todos em Vinhais	Município de Vinhais	225 727,91	191 868,72

A candidatura da CIM-TTM tem como objetivo a realização do Campeonato dos Jogos Tradicionais nas Terras de Trás-os-Montes no ano de 2022. A execução desta iniciativa terá o envolvimento dos 9 municípios que terão a responsabilidade de selecionar os representantes de cada município para os diferentes jogos e também da Associação Distrital dos Jogos Tradicionais.



1.4.3 Equipamentos Sociais

Neste eixo, concretamente na prioridade de investimento 9.7 - a) Intervenções em Equipamentos Sociais, no âmbito do Aviso NORTE-42-2018-18, foram analisadas e aprovadas as seguintes operações totalizando um valor FEDER de **1.320.718,59 €**

CIM-TTM					
Designação do Investimento	Código	Investimento Total Elegível	Fundo	Concelho	Estado
Remodelação da Capacidade da Estrutura Residencial para pessoas idosas do Centro Social e Cultural de Gebelim	NORTE-07-4842-FEDER-000690	260 000,00 €	221 000,00 €	Alfândega da Fé	Aprovada
Remodelação da Capacidade do Lar da Parada da Associação para o Apoio Social de Parada	NORTE-07-4842-FEDER-000688	260 000,00 €	221 000,00 €	Alfândega da Fé	Aprovada
Remodelação da Capacidade do Lar Nossa Senhora das Dores da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	NORTE-07-4842-FEDER-000683	241 176,47 €	205 000,00 €	Alfândega da Fé	Aprovada
Remodelação da Capacidade da Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa do Centro Social e Paroquial de Sambade	NORTE-07-4842-FEDER-000689	52 998,60 €	45 048,81 €	Alfândega da Fé	Aprovada
Beneficiação e ampliação do Lar da 3ª Idade do Lombo	NORTE-07-4842-FEDER-000669	257 647,06 €	219 000,00 €	Macedo de Cavaleiros	Aprovada
Reabilitação Centro Social Paroquial de São Nicolau de Cortiços	NORTE-07-4842-FEDER-000692	316 977,11 €	269 430,54 €	Macedo de Cavaleiros	Aprovada
Remodelação e ampliação do Lar de idosos da Casa da Criança de Sendim	NORTE-07-4842-FEDER-000675	164 987,34 €	140 239,24 €	Miranda do Douro	Aprovada
Total		1 553 786,58 €	1 320 718,59 €		

No âmbito da prioridade de investimento 9.7, durante o ano de 2021 foram analisadas 78 reprogramações (Física, Financeira e Temporal).

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



1.5 Educação

No âmbito da temática educativa, a Educação terá de ser assumida como um desígnio e estrutura fundamental, contribuindo assim para o desenvolvimento dos nossos territórios. Neste contexto, a CIM-TTM assumiu este desafio, alinhando com estratégia europeia e nacional, por forma a atingir os objetivos propostos e pretendidos para estes territórios de baixa densidade.

Tem-se feito esse trabalho de investimento e nos últimos anos a aposta é notória, embora os números ainda nos colocam aquém do pretendido no que respeita ao insucesso e abandono escolar. A agravar esta situação, no que diz respeito ao reforço das aprendizagens, fomos assolados pelas vicissitudes da Pandemia Covid-19. Daí a necessidade de continuarmos os esforços nesta vertente, pois só assim contribuiremos para a valorização do interior e qualificação dos nossos alunos e de toda a comunidade educativa.

Tendo em linha de conta estes objetivos, a CIM-TTM continua a desenvolver os projetos aprovados, com o intuito de levar por diante uma série de contributos, dinâmicas e estratégias, visando assim combater o abandono e o insucesso escolar, aumentar as habilitações literárias da população, otimizar e inovar no contexto da rede de oferta formativa profissional e requalificar/modernizar infraestruturas.

Na vertente educacional e formativa, o PDCT-TTM continua a ter por base dois eixos de intervenção/ação:

- Medida 10.1 a): Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar;
- Medida 10.5 a): Requalificação/modernização das infraestruturas educativas.

1.5.1 Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) assenta no trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-TTM, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Com a sua implementação reforçou-se esta rede colaborativa na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos, os objetivos pretendidos poderão ser alcançados, o sucesso escolar registará valores positivos, o abandono escolar será residual, contribuindo assim de forma decisiva para alterar os níveis de sucesso e desenvolvimento da nossa região.

O PIICIE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa, por forma a proceder a uma alteração da nossa realidade educativa que tem caracterizado os territórios das Terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no âmbito dos municípios que constituem a CIM-TTM.

A aposta na redução do abandono escolar, bem como o sucesso dos nossos alunos, tem sido uma constante. De acordo com os dados da DGEEC e monitorização dos Projetos PIICIE verifica-



se a redução da taxa de alunos nos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos. Para além disso, também se constatou uma diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos.

Neste momento continuamos com o desenvolvimento de 21 projetos, sendo 6 de dimensão supramunicipal, dado que um deles já foi concluído, transversais e envolvendo todos os nove municípios, bem como aqueles que são promovidos pelos próprios municípios da CIM-TTM.

Os projetos supramunicipais, são geridos por um técnico com experiência no ensino e na gestão escolar, dando ainda apoio aos restantes projetos municipais, tendo ainda como missão implementá-los e acompanhá-los de forma articulada com todos os parceiros envolvidos nesta responsabilidade coletiva.



1.5.2 Projetos

Na vertente da Educação pode-se salientar os seguintes projetos:

- Ciência Itinerante nas Terras de Trás-os-Montes;
- Promover a Leitura e a Escrita;
- Plano de Ação para a Valorização da Educação | Formação Jovem;
- Rede de Recursos Técnicos e Pedagógicos para o Sucesso Escolar;
- Dinamização da Rede Educativa e Qualificação das Terras de Trás-os-Montes;
- Estudos, Monitorização e Avaliação.

De seguida serão explicitados os projetos anteriormente mencionados de forma a dar conhecimento daquilo que cada um tem subjacente. De referir que os projetos e as candidaturas no âmbito do PIICIE foi alterado o prazo de 36 meses, para 48 meses, o que poderá contribuir para que a maioria das candidaturas, quer municipais, quer supramunicipais possam continuar a levar a cabo as ações em falta, desde que exista suporte financeiro.

1.5.2.1 Ciência Itinerante nas Terras de Trás-os-Montes

Este projeto tem como objetivo promover uma nova abordagem metodológica no ensino – aprendizagem das ciências fundamentais e naturais, reforçando o seu ensino em práticas experimentais e em metodologias de ação/investigação e de projeto (métodos colaborativos) e apetrechar os laboratórios bem como o fornecimento de outros equipamentos de apoio ao projeto.

O encargo financeiro envolvido neste projeto é de 899.000,00€.

Este projeto teve início em dezembro de 2018, e as ações nele previstas têm decorrido de acordo com o caderno de encargos, encontrando-se concluídas todas as contratações necessárias no âmbito das mesmas.



1.5.2.2 Promover a Leitura e a Escrita

Este projeto visa contribuir para um ensino mais eficaz da leitura, apostando-se na elaboração de um diagnóstico (com suporte metodológico e científico de referência, envolvendo instituições do ensino superior) dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo da região, bem como assegurar a implementação de novas metodologias e de novos recursos (com suporte em novas tecnologias) e apetrechar as bibliotecas escolares as escolas com recursos adequados e pertinentes.

O valor aprovado para a execução do projeto é de 397.000,00€.

O projeto iniciou-se em setembro de 2018. No ano letivo de 2020/2021, as 3 ações/medidas foram executadas, por parte das entidades adjudicantes, foi dado cumprimento aos cadernos de encargos respetivos. Foi ainda realizado um trabalho digno de registo, as Provas CAM (Conhecer, Atuar e Mudar), com a envolvimento da ESSE-IPB e da Lusoinfo. Foram realizadas todas as contratações previstas.

1.5.2.3 Plano de Ação para a Valorização da Educação | Formação Jovem

Este projeto tem como objetivo reestruturar a rede de ensino profissional, alargando o leque de ofertas formativas, assim como aumentar o número de alunos a escolher esta opção, sem penalizar as escolas e concelhos de origem do aluno e aplicar o conceito de "Turmas Partilhadas": o mesmo aluno recebe a formação geral na escola de origem e a componente vocacional na escola profissional da sua escolha.

A dimensão financeira do projeto é de 353.000,00€.

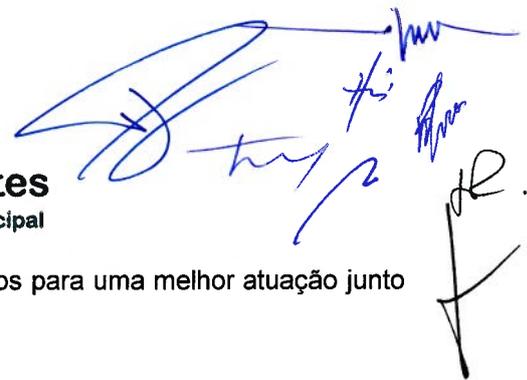
Com início em setembro de 2018, esta operação, tem apenas uma ação/medida. Encontra-se a decorrer o "Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens", que sofreu algumas prorrogações devido a múltiplos fatores, nomeadamente a sua complexidade.

No ano letivo de 2021/2022, finalmente foi implementado o projeto-piloto com base no conceito de "Turmas partilhadas". Com a colaboração e apoio de várias entidades, levando deste modo à concretização de um projeto ambicioso e com possibilidade de se aplicar a outras regiões do país.

Tanto nesta medida/ação, como noutras a pandemia Covid-19 contribuiu para o atraso e adiamento das várias ações programadas.

1.5.2.4 Rede de Recursos Técnicos e Pedagógicos para o Sucesso Escolar

Este projeto tem como objetivo dotar de capacidades/conhecimentos os técnicos das equipas multidisciplinares de modo a responderem eficazmente à multiplicidade de situações e fatores associados quer à prevenção quer à remediação das dificuldades dos alunos/famílias sinalizadas pelos Agrupamentos, bem como facultar recursos e instrumentos de apoio aos técnicos das equipas multidisciplinares e aos Agrupamentos de modo a responder à multiplicidade desses



fatores numa lógica de prevenção do risco e da partilha de dados para uma melhor atuação junto dos alunos e famílias em risco.

A dimensão financeira deste projeto é de 140.000,00€.

A execução do projeto iniciou-se em dezembro de 2018 e decorre a ação/medida 1 com a capacitação dos técnicos das equipas multidisciplinares.

A ação/medida 2 "PISA nas Escolas nos Municípios", foi concluída e apresentados os respetivos relatórios da aplicação do Pisa nas Escolas, bem como o relatório final relativo à nossa CIM-TTM.

1.5.2.5 Dinamização da Rede Educativa e Qualificação das Terras de Trás-os-Montes

Este projeto tem como objetivo garantir o cumprimento da vertente "integradora" do Plano através da criação de um Grupo Técnico de Acompanhamento (com os parceiros de relevo envolvidos na concretização do PIICIE). Tem sido também objetivo deste projeto assegurar a continuidade das dinâmicas e conhecimentos induzidos pelo Plano no pós-operações pela capacitação das lideranças através de seminários e visitas de estudo das lideranças.



No que concerne a visitas de estudo e intercâmbios, tal não foi possível devido à COVID-19, pelo que, serão realizadas se possível em março/abril de 2022.

O projeto engloba o montante financeiro de 200.000,00€.

Esta operação teve início em 2018. Tem por base duas ações/medidas, tendo-se cumprido as planificações da mesma. Continuamos com o acompanhamento, ações de divulgação do PIICIE-TTM e a realização das ações de capacitação.

1.5.2.6 Estudos, Monitorização e Avaliação

Este projeto tem como objetivo produzir conhecimento sobre a realidade educativa dos concelhos da CIM-TTM através de um estudo, bem como conhecer e intervir de forma mais sustentada e eficaz no decurso e no pós-operações (pela sua divulgação pública) e monitorizar e avaliar o Plano de modo a aferir o cumprimento das metas, a necessidade de reajustamentos e o balanço final do PIICIE.

A dimensão financeira deste projeto é de 395.645,00€.

Este projeto iniciou-se em julho de 2019. Tem apenas uma ação/medida com 3 atividades, estando duas em execução. O "Estudo sobre as Crenças, Saberes e Práticas dos Professores" foi concluído. A Monitorização do PIICIE-TTM tem sido desenvolvida pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. No que respeita à avaliação do PIICIE-TTM, a mesma tem sido desenvolvida pela Expandindustria, que vem dando cumprimento ao contrato e caderno de encargos.

1.5.3 Equipamentos e Infraestruturas Escolares

A implementação da medida 10.5 a) | “Equipamentos e infraestruturas escolares” que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar.

Esta medida foi objeto de ajustes financeiros no ano de 2021 que permitiu equilibrar o apoio às operações em execução nos diferentes municípios bem como o mapeamento de novos investimentos.

O montante total atribuído à PI 10.5 é de 19.462.581,88€

No ano de 2021 foram submetidas e aprovadas as seguintes candidaturas, totalizando um montante FEDER de 1.679.014,09€.

Operação	Beneficiário	INVESTIMENTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER
Requalificação da Escola EB 1 de Miranda do Douro	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	698.646,00 €	698.646,00 €	387.274,07 €
Equipamento para a Escola EB 2/3 de Vimioso - Fornecimento de Equipamentos e material escolar para modernização do agrupamento de Escolas de Vimioso	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	88.197,08 €	88.197,08 €	74.967,52 €
Beneficiação da Escola Básica de Rebordelo - Vinhais	MUNICÍPIO DE VINHAIS	274.674,00 €	274.674,00 €	215.772,50 €
Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro”	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	2.161.815,14 €	2.109.278,21 €	1.001.000,00 €
TOTAL				1.679.014,09 €

Ainda durante o ano de 2021 foram analisadas 9 reprogramações de operações previamente aprovadas.

1.6 Proteção Civil

No âmbito da proteção civil, a CIM-TTM tem em desenvolvimento dois projetos diretamente ligados ao apoio à gestão de risco.

1.6.1 Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional

No âmbito do aviso de abertura POSEUR-10-2016-43 – Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão, a CIM-TTM viu aprovada a operação denominada de “Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional”, tendo como objetivo principal a videovigilância florestal.

Tendo em conta o risco elevado de incêndio, assim como o histórico de incêndios florestais e área ardida que esta região apresenta, a implementação de um sistema integrado de vigilância e apoio à decisão operacional, reveste-se de relevância estratégica, uma vez que, permite um reforço da



gestão no combate aos incêndios florestais, diminuindo as vulnerabilidades do território em causa, aumentando e gerindo as capacidades operacionais, ao permitir uma rápida coordenação e reação dos meios e agentes envolvidos no combate a incêndios florestais, diminuindo os recursos a utilizar.

Os locais escolhidos, para a instalação do sistema, foram locais estratégicos, que possuem uma maior bacia de visibilidade sobre as áreas a proteger, e são eles as Serras de Bornes, Nogueira e Castanheira. Na Serra de Bornes foi aproveitado o Posto de Vigia, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia, sob a alçada da GNR, para a colocação da câmara de vídeo. Nas Serras de Nogueira e Castanheira foi feito o aproveitamento de antenas de rádio existentes, onde foram colocadas as respetivas câmaras.

As mais-valias da implementação desta solução, na vigilância e apoio à decisão operacional no âmbito dos fogos florestais, em termos operacionais, são as seguintes:

- Vigilância permanente, em tempo real, 24h por dia durante todo o ano;
- Menor intervenção humana no processo de despiste e monitorização, tendo por base o acesso remoto, centralizado e em tempo real às ocorrências;
- Redução do número de falsos alertas e aumento da fiabilidade dos alertas confirmados;
- Maior precisão na localização dos focos das ocorrências detetadas;
- Melhor e mais rápido dimensionamento dos meios deslocados para o combate, pela tomada de decisão mais e melhor informada;
- Redução das missões dos meios aéreos vãmente deslocados para o combate inicial do incêndio;
- Combate mais rápido e eficaz, uma vez que, o despiste e a avaliação precoce implicam menos homens necessários e menor permanência dos meios de combate no local de incêndio, conseguindo-se assim menores áreas ardidas.

Tecnicamente o Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, compõe-se essencialmente de estações de dois tipos: as Torres de Vigilância e Aquisição de Dados (TVAD), instaladas nos locais anteriormente referidos, um Centro de Gestão e Controlo (CGC), instalado no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Bragança e outro instalado no Comando Territorial de Bragança da GNR.

As TVAD servem de suporte às câmaras de vídeo, orientáveis em azimute e elevação, a partir dos Centros de Gestão e Controlo. Os CGC's dispõem de monitores de vídeo onde as imagens das câmaras são apresentadas em simultâneo e em tempo real, com elevadas qualidade e taxa de atualização.

O sistema garante uma cobertura de 164.530ha, na área de intervenção da CIM-TTM e zonas limítrofes. A análise de cobertura tem em conta um alcance efetivo máximo das câmaras de 20Km e uma altura da coluna de fumo de 10 metros.

O Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional encontra-se em pleno funcionamento desde o mês de setembro de 2018.

A CIM-TTM manifestou já, junto do Ministério da Administração Interna, a necessidade de reforçar o sistema com pelo menos mais 3 câmaras de vigilância para melhorar o grau de cobertura.

De momento está em fase de elaboração o Relatório Final de Execução para encerramento da Operação.

1.6.2 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (GTFI-TTM), foi constituído ao abrigo de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP).

Elencamos as principais atividades desenvolvidas no âmbito da concessão de apoios pelo FFP no ano de 2021:

- Realização de reuniões conjuntas com os GTF municipais para acompanhamento da implementação das ações estabelecidas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais e para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF's municipais da área de intervenção da CIM-TTM;
- Apoio técnico aos GTF municipais, na instrução dos processos de construção fora das áreas edificadas consolidadas, na elaboração/atualização dos POM 2021 e PMDFCI, em pedidos de esclarecimento sobre as diferentes matérias de DFCI, na elaboração de candidaturas ao Fundo Florestal Permanente e na elaboração de pareceres;
- Reuniões com os Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais da Região Norte, para discussão e articulação dos assuntos definidos na carta de missão dos GTFI;
- Análise da Estratégia 2020-2030 e do Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) e envio de contributos;
- Elaboração da Candidatura ao Aviso do Concurso POSEUR 15-2021-02, com designação "Deteção e combate à espécie exótica invasora *Vespa velutina*" domínio de intervenção a) "Conservação da Natureza" na tipologia definida na alínea a) ii) do artigo 70.º do RE SEUS "Ações de prevenção, controlo erradicação de espécies exóticas invasoras.
- Colaboração na elaboração dos PMDFCI de 3.ª geração dos municípios de Bragança, Vimioso e Vinhais;



- Apoio na elaboração de candidatura ao Fundo Florestal Permanente, “Apoio ao Funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais 2021” – Aviso2021-2021-01, aos Gabinete Técnico Florestal, do Município de Vinhais e Vila Flor e Miranda do Douro;
- Participação em todas as reuniões das CMFCI dos Municípios que compõem a CIM-TTM, com exceção das reuniões da CMDFCI do Município de Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros;
- Emissão de contributos da análise e discussão do Projeto de Decreto-Lei que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (DGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento;
- Participação nas reuniões técnicas da Comissão Regional de Gestão Integrada do Norte, quinzenalmente, reuniões presenciais e semanalmente por videoconferência através da plataforma colaborativa do PRGIFR;
- Análise e discussão do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que criou o Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, pedidos de esclarecimentos à AGIF e ao ICNF;
- Colaboração na elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Norte (PRGIFR – Norte);
- Compatibilização da informação cartográfica da rede secundária de faixas de gestão de combustível do território da CIM-TTM.



1.7 Património Natural e Turismo

1.7.1 Provere das Terras de Trás-os-Montes

Uma política de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade da Região do Norte tem de assumir como objetivo a ocupação sustentável dos territórios, para o que não bastará o incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. De facto, os territórios de baixa densidade têm hoje múltiplos recursos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses recursos, com destaque para o turismo. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

As estratégias de eficiência coletiva PROVERE são, instrumentos de política pública dirigidos especificamente para os espaços de baixa densidade, com o objetivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo para criar condições para os espaços de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover e valorizar. Só que o êxodo populacional destes territórios contribui para a erosão ou mesmo destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que esses territórios, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de

preservar ao longo do(s) tempo(s) dispõem hoje de um mercado significativo e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização destes recursos que, cada vez mais, se tornará possível envolver as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

A preservação dos recursos e dos produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação deste processo de preservação dos recursos endógenos. Por esta via, pode-se construir um novo círculo virtuoso de desenvolvimento económico e social, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

A candidatura do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes assenta na estratégia comum de valorização económica para um território em que todos os diagnósticos convergem em concordar que são exigentes os desafios que se colocam à sustentabilidade demográfica, social e económica do território.

Na área produtiva, constata-se a permanência de um tecido empresarial desagregado, diminuto, pouco competitivo e pouco empreendedor, embora com provas dadas de resiliência. Na esfera demográfica, verifica-se uma população decrescente e envelhecida, com baixos níveis de formação e cada vez mais exaurida, que obriga a um exercício ambicioso de fixação. A cooperação empresarial em torno da valorização de recursos endógenos, a melhoria de condições de contexto para fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego e, finalmente, o combate ao “inverno” demográfico são os três grandes desafios em matéria de sustentabilidade para as Terras de Trás-os-Montes.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para as Terras de Trás-os-Montes deve ter uma natureza efetivamente coletiva e transversal ao território, promovendo atuações conjuntas e articulando as atuações individuais de modo a valorizar os seus recursos endógenos de modo integrado.

Nos últimos anos, o território tem conhecido algumas atuações coletivas que merecem atenção, pois são reveladoras que a criação e redes de cooperação institucional e empresarial pode de facto contribuir para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento com base nos recursos endógenos do território. Na vertente institucional, destacamos a Rota da Terra Fria Transmontana, projeto apoiado no quadro do anterior PROVERE, que mobilizou uma rede muito significativa de agentes turísticos locais e que permitiu aumentar significativamente a atratividade turística do território da Terra Fria e já com tradução real nos indicadores turísticos, embora ainda seja muito cedo para tirar conclusões.



A parceria estratégica construída no contexto do Consórcio, consubstanciada na Comissão Executiva do modelo de governança do PROVERE, também ela é tributária de um processo de aprendizagem que deixa sinais positivos para a execução da EEC. Obviamente, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as associações de municípios, os grupos de ação local e as instituições do ensino superior e da ciência e investigação que estão emparceiradas neste PROVERE têm que dar ainda muitos passos para que estas lógicas colaborativas e estas metodologias organizativas em rede passem a fazer parte das suas *praxis*. No entanto, a região iniciou um caminho e serão os resultados dessa sua caminhada que mostrarão a bondade e oportunidade do caminho iniciado.

Neste sentido, a fixação do foco-temático deste projeto no turismo justifica-se pela capacidade do setor induzir fatores de inovação na economia local e tirar partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, os ofícios tradicionais, cultura e a tradição, a singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

Por sua vez, o turismo acaba por potenciar outros focos temáticos, que assim assumem um papel complementar da EEC, nomeadamente: 1) os produtos locais e o agroalimentar; e 2) a identidade, cultura e criação artística, setores de atividade que nos últimos anos viram nascer várias iniciativas de valorização de recursos endógenos por via da incorporação de novos fatores de inovação e marketing e de novos conceitos de negócio, como ferramentas para a modernização das atividades tradicionais.

Neste sentido, as operações âncora propostas na EEC do PROVERE TTM não são tributárias de meros projetos turísticos. Elas são operações em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementaridades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores. E o modo de garantir eficientemente essa transversalidade reside precisamente na capacidade de envolver e comprometer os agentes locais relevantes, turísticos e conexos, em lógicas de cooperação empresarial e institucional, que são o substrato das Rotas de temática turística que são candidatas neste PROVERE.

A pertinência justifica-se por todo o contexto económico e social existente no território marcado pelo crescente saldo migratório negativo, a saída dos jovens, o envelhecimento da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade empresarial, os baixos índices de inovação e desenvolvimento e a falta de tradição de cooperação estratégica entre os setores público e privado.

Mas existe também o reverso da moeda, pois esta região reúne também inúmeras potencialidades e competências. As TTM são detentoras de excelentes ativos paisagísticos, naturais, culturais, agrícolas e gastronómicos que a tornam singular e com enorme potencial de se afirmar no

contexto nacional e até internacional, assim os agentes locais tenham engenho e sabedoria para os valorizar e rentabilizar.

No último trimestre de 2021 a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE das Terras de Trás-os-Montes foi alvo de um processo de reprogramação que permitiu atualizar temporalmente e financeiramente alguns dos projetos âncora.

As alterações propostas decorreram de necessidades e circunstâncias supervenientes dos beneficiários, mas que mantêm as atividades e ações aprovadas nas candidaturas objeto desta alteração financeira, quer seja pelo reduzido impacto que as mesmas produzem, quer seja por os beneficiários assumirem os custos daí resultantes.

Em novembro de 2021 foi aprovada a reprogramação que ficou com uma dotação FEDER de 9.198.608,72€, registando-se um ligeiro aumento em relação ao exercício de 2020.

Dos 21 projetos âncora, 5 são de natureza supramunicipal e 16 de natureza municipal.

PROJETO ÂNCORA SUPRAMUNICIPAIS	DOTAÇÃO
E-mob – Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes	299.923,89 €
Rota da Terra Quente Transmontana e Municípios	2.659.234,82 €
Rota da Terra Fria Transmontana e Municípios	4.874.701,99 €
Comunicação e Marketing das Terras de Trás-os-Montes	1.157.680,69 €
Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM	206.887,34 €

1.7.1.1 E-mob – Rede de percursos das Terras de Trás-os-Montes

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, de ocupação humana e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ao ar livre. Mais a mais, existe um conjunto de linhas de caminho-de-ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela, e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem recursos endógenos que neste território estão claramente desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto. Acresce que a EEC deste PROVERE identifica outra necessidade específica de intervenção, que é a interligação entre as duas Rotas da Terra Quente e da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade turística suave uma excelente oportunidade para a suprir. Ora, a presente operação vem ao encontro destas necessidades do território e do mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:



1. Um domínio de inovação territorial: A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal e, nos termos em que está pensado, será mesmo inovador a nível mundial, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas estações de guarda e carregamento, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e única no país;

2. Um domínio de estruturação da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes: o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território. Com efeito, o E-mob - rede de percursos das TTM pressupõe a criação de uma hierarquia de percursos que será clara tanto para os agentes turísticos locais como também para os turistas:

i) os percursos estruturantes, a criar, que aproveitam os canais das linhas de Caminho de Ferro desativadas, que se constituirão como os grandes percursos de ligação e de integração da oferta turística regional. Nesta operação será dada prioridade, em face do investimento disponível, à linha do Tua, promovendo a sua classificação como grande rota (GR) e a sua articulação (interfaces) com a Rota da Terra Fria e a Rota da Terra Quente;

ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal, a realizar pelo IPB.

A articulação entre os percursos estruturantes e complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto tem como objetivo:

- Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, com a criação de um produto turístico transversal ao território, aglutinador dos outros dois projetos âncora de vocação turística deste PROVERE, com forte potencial atrativo e alinhado com os segmentos de mercado mais pujantes nos mercados turístico nacional e internacional;
- Criar novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado do turismo ativo, do *touring* cultural e paisagístico e do turismo de natureza;
- Promover a internacionalização das TTM junto de segmentos de mercado especializados no turismo ativo, no *touring* cultural e paisagístico e no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- Promover lógicas de *cross selling* com destinos turísticos regionais relevantes: Douro e Gerês;



- Proporcionar aos turistas uma experiência turística inovadora e profundamente diferenciada no mercado, por via da introdução de um ecossistema de BTT elétrico apoiado na Rede de Percursos;
- Dinamizar a rede de percursos do ponto de vista turístico, mas também social, promovendo a apropriação desta pelas populações e promovendo dimensões transversais ao território como a promoção do envelhecimento ativo, da educação ambiental, da saúde preventiva, das artes paisagísticas, etc.;
- Atrair turistas com um perfil mais jovem através da introdução de uma linguagem turística alinhada com lifestyles mais irreverentes, ambientalmente conscientes e ativos;
- Promover o aumento do tempo de permanência dos turistas na região, de modo a aumentar as receitas turísticas e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego;
- Alavancar a criação de competências de gestão e tecnológicas na área da mobilidade elétrica nos centros de investigação & tecnologia da região, através do estabelecimento de parcerias com entidades líder a nível nacional.

A execução da candidatura do E-Mob está atrasada, tendo sido efetuado um compasso de espera devido aos atrasos na reabilitação da antiga linha do Tua e respetivas estações de Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Referir ainda que esta candidatura foi submetida no final de 2020, tendo sido aprovada em março de 2021 e no final desse ano foram iniciados os trabalhos preparatórios para o lançamento de procedimentos em 2022.

1.7.1.2 Rotas das Terras de Trás-os-Montes – Rota da Terra Quente Transmontana

Este projeto tem como promotor a Associação de Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) que possui um histórico de intervenção de mais de 20 anos nos municípios da Terra Quente e integra os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e ainda Carrazeda de Ansiães, que não pertence à NUTS III Terras de Trás-os-Montes e que por essa razão não integra o território de intervenção desta operação. A Desteque é um ator relevante do desenvolvimento turístico das Terras de Trás-os-Montes e possui uma experiência no terreno e um capital técnico e relacional que soube construir ao longo dos anos na área do turismo que pode e deve ser colocado, agora, ao serviço de um projeto de desenvolvimento turístico que é transversal ao seu território de intervenção. Aproveitando o capital desta experiência, a Rota da Terra Quente vem ocupar uma necessidade de intervenção recenseada no território dos 4 municípios da chamada Terra Quente que pertencem às Terras de Trás-os-Montes, que é ausência de um produto turístico integrador das cadeias de valor locais, e simultaneamente transversal ao território, oferecendo aos turistas experiências mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. Para chegar à organização integrada e transversal da oferta turística local, a Desteque pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, que muitas vezes são também os seus parceiros, para criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando



dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que têm sido habituais na região. Pretende-se que essa rede colaborativa seja a base para a definição e estruturação da Rota da Terra Quente, aproveitando os recursos turísticos endógenos e específicos deste território, que se distingue nas Terras de Trás-os-Montes pela influência mediterrânica. Em complemento à Rota da Terra Fria, a rota que se pretende criar vem assim suprir a carência de um produto turístico territorial organizado no território da Terra Quente e oferecer aos turistas que demandam as Terras de Trás-os-Montes. Trata-se, assim, de um novo produto turístico, assente nos valores identitários específicos da Terra Quente, mas simultaneamente com um papel estruturante na organização da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes.

Os objetivos deste projeto são:

- Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela criação de um novo produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, que até aqui não tem correspondência num produto turístico transversalmente organizado no terreno, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- Organizar a oferta turística do subespaço da Terra Quente com base nos seus recursos turísticos e agentes locais específicos e num alinhamento com a identidade específica deste território e as dinâmicas turísticas já instaladas, contribuindo dessa forma para uma organização mais perceptível da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Quente Transmontana reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- Criar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

Associado ao projeto âncora da Rota da Terra Quente existem 7 projetos de índole municipal.

1.7.1.3 Rotas das Terras de Trás-os-Montes – Rota da Terra Fria Transmontana

Este projeto tem como promotor a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano que desenvolveu nos últimos anos o projeto da Rota da Terra Fria, com bons resultados em termos da organização da oferta e do ganho de notoriedade da marca e do território nos segmentos em que se posiciona. No quadro da primeira geração de PROVERE foi realizada a consolidação da Rota nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua expansão ao concelho de Mogadouro. Por outro lado, foi realizado um forte investimento na criação de uma rede de Portas que abrange todos os concelhos e concretizou-se uma forte aposta na notoriedade da Rota através da campanha das escapadinhas. No quadro desta campanha, lançou-se, ainda a título experimental, uma rede de parceiros turísticos que envolveu mais de 50 aderentes. A campanha assentou num esforço de organização da oferta turística da Rota, em que colaboraram agentes de *incoming* e animação turística, pelo que foi também o campo de experimentação de uma abordagem mais profissionalizada da engenharia de produto e da distribuição e comercialização da Rota enquanto produto turístico. É este capital de competências, experiência e resultados que importa agora valorizar e projetar do ponto de vista da evolução do projeto no sentido de uma maior qualificação, profissionalização e internacionalização. Desta forma, a Rota da Terra Fria pode continuar a suprir duas necessidades de intervenção recenseadas no território específico dos municípios associados da AMTFNT, que são a fragilidade da integração do turismo nas cadeias de valor locais e a crescente necessidade de colocar no mercado novas experiências para dotar o produto de mais e melhores atrativos, sendo necessário criar e organizar experiências turísticas mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. A AMTFNT pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, alguns dos quais já constituídos em parceiros no quadro da campanha das escapadinhas, de modo a criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que não contribuem para a qualificação, a profissionalização e a internacionalização da sua oferta turística, fragilidades que devem ser agora debeladas. Sendo hoje um dos produtos turísticos mais consolidados da marca "Terras de Trás-os-Montes", a Rota da Terra Fria, assente nos valores identitários específicos da Terra Fria, onde releva a extensão da área territorial classificada como património natural (com destaque para os dois Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional), terá um papel estruturante na organização da oferta turística das TTM, complementando a Rota da Terra Quente que será definida e estruturada também no quadro deste PROVERE.

Os objetivos principais na concretização deste projeto são:

- Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela dinamização de um produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;



- Capacitação de novo modelo organizativo da Rota da Terra Fria (RTF), assente numa participação efetiva e responsabilizante dos agentes turísticos locais e conexos num alinhamento com a identidade própria deste território, contribuindo dessa forma para uma organização mais profissional da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- Qualificar a oferta turística da RTF, criando novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado em que a Rota se posiciona;
- Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Fria reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes do Turismo de Natureza, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- Estimular a internacionalização da RTF junto de segmentos de mercado especializados no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- Capacitar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de caráter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

Associado ao projeto âncora da Rota da Terra Fria existem 9 projetos de índole municipal.

1.7.1.4 Marketing das Terras de Trás-os-Montes

Este projeto é desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O principal objetivo desta operação prende-se, de forma inequívoca, com a valorização da marca "Terras de Trás-os-Montes" e com a criação de novas oportunidades de geração de valor para todos os agentes institucionais e empresariais que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais através de um veículo comunicacional e promocional de forte perfil identitário.

Paralelamente, é também objetivo da operação o aumento dos níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais

investimentos e iniciativas e a promover a subida sustentada na escala de valor dos produtos locais que vierem a identificar-se com um certo modo de ser e de estar (lifestyle) transmontano projetado com modernidade.

Secundariamente, há também um propósito de experimentação de uma abordagem de comunicação e marketing inovador e num certo sentido disruptivo relativamente às práticas seguidas na região. De facto, pretende-se profissionalizar a abordagem de comunicação e marketing, criando na CIM TTM um centro de competências nestas áreas que fará uso de abordagens de comunicação e marketing inovadoras e que, simultaneamente, será partilhado com os membros do consórcio de modo a articular atuações comunicacionais e promocionais verdadeiramente coletivas.

A operação articula-se em torno de três atividades principais:

Atividade 1. Criação de competências de comunicação e marketing na CIM TTM, através do enquadramento, da capacitação e da alocação à EEC do PROVERE de profissionais nas áreas da comunicação social, do marketing, das relações públicas e das relações internacionais;

Atividade 2. Estabelecimento de parcerias estratégicas com as entidades de âmbito regional e nacional que sejam preponderantes para a projeção externa das TTM nas áreas estratégicas do turismo, dos produtos locais e da cultura (AICEP, ERT Porto e Norte de Portugal, Agências de Promoção Turística do Norte, etc.) de modo a partilhar custos de promoção interna e externa e a favorecer uma abordagem mais profissionalizada aos mercados estratégicos da região;

Atividade 3. Execução do Plano de Marketing Territorial das TTM, já elaborado pela CIM, onde se incluem ações relevantes para a projeção e a percetibilidade da região, ações de relações públicas, ações de captação de investimentos e iniciativas e a presença seletiva em feiras nacionais e internacionais. Exemplos destas ações, elencadas no Plano, são as seguintes:

- Criação da identidade da marca das Terras de Trás-os-Montes, "umbrella" dos produtos e serviços, das iniciativas e atividades e dos projetos promovidos pela CIM e pelos respetivos municípios, pelas entidades públicas regionais e mesmo pelos agentes privados nos vários sectores de atividade, que poderiam passar a integrar nos seus instrumentos de comunicação e marketing a marca unificadora das "Terras de Trás-os-Montes". Esta identidade seria um fator conciliador e integrador das estratégias de comunicação e marketing dos projetos âncora deste PROVERE;
- Promoção da imagem de marca "Trás-os-Montes" tendo em vista a sua aplicabilidade nos mais diversos suportes e produtos;
- Criação dos embaixadores de Trás-os-Montes (anualmente deve-se selecionar duas figuras públicas, preferencialmente com ligações à região, que pela sua exposição mediática sejam veículos da marca);



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'fi', 'Aur', 'R', and 'Fm']

- Criação de linha de merchandising atrativa e inovadora baseada na marca Trás-os-Montes que vá além do habitual merchandising, podendo convidar para o efeito vários artistas transmontanos e outros com créditos no mercado para reforçar a marca (p.ex: pintores, designers);
- Criação e edição de bibliografia temática (gastronomia, cultura, etc) com apoio de escritores transmontanos (p.ex: José Rentes de Carvalho);
- Criação e produção de documentários ligados à natureza e vida selvagem em Trás-os-Montes por equipas experientes que possam colocar esses conteúdos em programas dessa temática em canais de sinal aberto e canais por cabo (p.ex: SIC e National Geographic);
- Recolha e interpretação do património material e imaterial de Trás-os-Montes, com enfoque sobre as manifestações diretamente relacionadas com os produtos locais, a gastronomia e os vinhos, com o intuito de enquadrar as ações de promoção integrada, promovendo a transferência de conhecimento e uma melhor interação com os diferentes públicos; *[Handwritten initials 'Fm' and 'Fm' in blue ink]*
- Identificar e promover ações de representação, interna e externa, em certames e eventos do setor, otimizando meios e recursos na projeção da marca Trás-os-Montes;
- Promoção integrada dos produtos locais de qualidade da região (azeite, vinho, frutos secos e frutos frescos, castanha, enchidos, mel, pão e doçaria, etc.);
- Promoção dos produtos turísticos organizados em redes de agentes turísticos locais (turismo ativo, turismo de natureza, pedestrianismo, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo cultural, etc.);
- Organização de vários eventos, tais como workshops, fóruns de inovação, mercados de rua, feiras tradicionais, concursos gastronómicos, provas, concertos, exposições, organização de visitas a quintas e produtores da região
- Divulgação dos eventos e atividades relacionadas com este projeto através dos meios de comunicação social, dos canais web e pela conceção de desdobráveis informativos.

Durante o ano de 2021 foram executadas algumas atividades previstas, concretamente de promoção e divulgação do território de forma a tentar impulsionar o turismo da região que sofreu bastante com a pandemia. Aliás, a própria execução desta candidatura que está intimamente ligada ao setor turístico, foi bastante prejudicada devido ao COVID-19, visto que todas as ações de promoção previstas em feiras e exposições foram canceladas e outras atividades que poderiam ter sido executadas, não o foram, devido à situação pandémica.

1.7.1.5 Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM

A presente candidatura tem como promotor a CIM das Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de uma operação relevante para o bom funcionamento do modelo de governação do Consórcio que suporta a EEC do PROVERE TTM, como aliás está implicitamente reconhecido no próprio aviso do PROVERE, que prevê explicitamente a elegibilidade dos custos e despesas relacionados com a gestão, coordenação e avaliação dos consórcios. A otimização do modelo de governação do Consórcio, definindo papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios membros do Consórcio, permite melhorar a eficiência da articulação entre os promotores das operações âncora entre si, no seio do Conselho Intermunicipal, e entre estes e os promotores de operações complementares, no quadro global do Programa de Ação. A estabilização das relações de liderança, atribuindo ao Chefe de Consórcio um papel mais coordenador e dinamizador e menos centralizador e controlador, constitui uma condição para a responsabilização do consórcio no contexto das parcerias público-privadas, público-público e privadas-privadas que vierem a ser desenvolvidas no seio da rede de atores do consórcio. Trata-se, afinal, de gerar competências de trabalho e decisão em rede que são fundamentais para a capacitação institucional de TTM, promovendo uma estratégia de especialização inteligente no território, capaz de lidar com a realidade diagnosticada da baixa densidade.

As principais atividades desta operação são as seguintes:

Atividade 1: Dinamização e gestão do Consórcio da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:

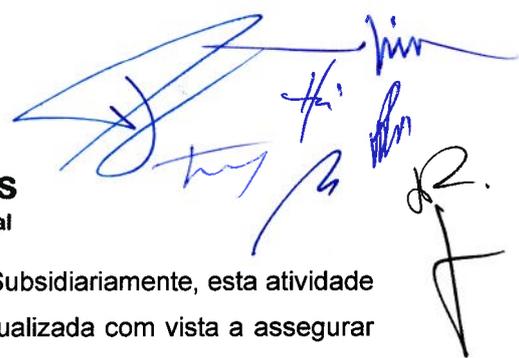
Esta primeira atividade está centrada na governança do consórcio do PROVERE e tem como principal função a dinamização do trabalho coletivo em rede entre os vários órgãos e parceiros subscritores deste PROVERE, estimulando as práticas de networking entre os consortes e o envolvimento responsável de um núcleo duro de consortes, envolvidos especialmente na execução das operações âncora, a quem serão atribuídas funções executivas no quadro da gestão, coordenação e avaliação do PROVERE;

Atividade 2: Promoção e divulgação da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:

Esta atividade tem como foco principal as tarefas relacionadas com a promoção e divulgação do PROVERE TTM, internamente, junto dos membros do consórcio e, externamente, no território de intervenção, de forma abrangente e transversal aos seus vários setores de interesse;

Atividade 3: Acompanhamento, monitorização e auto-avaliação:

O sucesso da EEC do PROVERE está também dependente da reunião de informação crítica com vista a melhorar, a corrigir e a acomodar as várias dimensões do Projeto, pelo que se considera importante individualizar as tarefas de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação,



envolvendo e responsabilizando todos os membros do consórcio. Subsidiariamente, esta atividade tem também a finalidade de assegurar informação pertinente e atualizada com vista a assegurar todo o reporte com a Autoridade de Gestão.

Dos vários projetos âncora da CIMTTM, já estão todos submetidos, tendo sido o último projeto “E-mob Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes”, estando os restantes em execução, à exceção de alguns projetos municipais integrados nos projetos âncora da Rota da Terra Fria e Rota da Terra Quente.

Durante o ano de 2021 e conforme já foi referido o Provere das TTM foi reformulado, tendo em vista a atualização temporal e financeira das candidaturas que compõem os projetos âncora de forma a refletirem a realidade objetiva causada pela situação pandémica.

1.7.2 Cadastra & Capacita TTM - Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes



A CIM-TTM viu aprovada a operação Norte-09-5762-FSE-000075 - Capacitação Administrativa Pública (FSE), designada por “Cadastra & Capacita TTM - Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes”, destinada à Georreferenciação de prédios rústicos visando a conceção e operacionalização de uma solução técnica que permita a georreferenciação dos limites de propriedade rústica a implementar nos municípios onde não existe cadastro geométrico de propriedade rústica ou cadastral predial (SINERgIC), apontando como prioritário os territórios do interior e as áreas ardidas nos últimos cinco anos.

Os municípios que integram esta operação são Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

Esta operação permitirá cumprir os objetivos específicos nomeadamente:

- Dar resposta às competências definidas pela Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto;
- Reforçar a capacidade institucional da administração local para a organização e o desenvolvimento do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS);
- Implementar o Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS), ao nível dos municípios;
- Elaborar o cadastro e o mapeamento da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos do território da CIM-TTM.

A CIM-TTM assume a responsabilidade de entidade coordenadora do projeto por forma a garantir a contínua e correta comunicação e divulgação da execução e resultados da operação; organizar as ações de capacitação necessárias para a realização dos trabalhos por parte dos técnicos dos municípios associados e integrar a estrutura de gestão e governança da operação.



**Terras de
Trás-os-Montes**
CIM-TTM Comunidade Intermunicipal



Os municípios comprometem-se a integrar e capacitar os técnicos municipais para a execução da operação; criar um espaço físico - Balcão Único do Prédio (BUPi), de atendimento aos cidadãos, de modo a garantir a representação gráfica georreferenciada (RGG) do número de matrizes contratualizadas.

No presente ano, a CIM-TTM em conjunto com os seus municípios parceiros iniciaram os trabalhos da implementação da operação, sendo já possível o cidadão identificar os seus prédios no balcão BUPi do seu próprio Município, com a ajuda de técnicos municipais habilitados.

A CIM-TTM tem ainda como responsabilidade assegurar um plano de comunicação com o objetivo de divulgação e informação da execução e dos resultados da operação, junto das entidades envolvidas e do público em geral.



Deste modo, contratou uma empresa para a implementação e execução de um “*Plano de Comunicação da operação Cadastra & Capacita* no território das terras de Trás-os-Montes”, que contempla três ações principais, com recurso a instrumentos e meios de comunicação de carácter físico e digital:

- 
- Ação 1 – Divulgar a informação da operação nas Terras de Trás-os-Montes através dos meios de comunicação locais/regionais, bem como a elaboração e produção de material gráfico e impressão;
 - Ação 2 – Realizar ações de sensibilização e participação pública;
 - Ação 3 – Comunicar os resultados e preparar o plano de sustentabilidade da operação.

Atualmente encontra-se a decorrer a ação 1, assegurando assim a divulgação e comunicação continua do sistema de informação cadastral municipal, de modo a garantir maior adesão por parte do público alvo. Para tal, foi elaborado e disponibilizado um conjunto de material gráfico físico para o Balcão Único do Prédio (BUPi) de cada município e outro para distribuição aos promotores/proprietários dos prédios a cadastrar.

Paralelamente a CIM-TTM, acompanha assiduamente os trabalhos de execução das RGG de cada município, assim como assegura e articula as comunicações e solicitações entre a Autoridade de Gestão Norte 2020, a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (eBUPi) e os municípios parceiros.

1.7.3 Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM-TTM candidatou uma operação designada “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN TTM)” – Operação Norte-04-2114-FEDER-000231

A CIDN TTM pretende ser um instrumento de ordenamento e planeamento dedicado às práticas desportivas em contacto com a Natureza que inaugura uma visão à escala intermunicipal desta



problemática nas Terras de Trás-os-Montes, que a CIM-TTM considera a mais adequada para cumprir dois objetivos centrais: (1) potenciar o crescimento destas modalidades em termos de fluxos de praticantes e de realizações, de modo a promover o desenvolvimento turístico e económico e social em geral e (2) promover valores de sustentabilidade e de responsabilidade entre os praticantes e as várias entidades envolvidas nestas práticas, de modo assegurar duravelmente a preservação dos ecossistemas e a valorização do património natural.

A CIDN TTM contempla, no âmbito do seu desenvolvimento metodológico, a realização de um conjunto de trabalhos de diagnóstico, de elaboração de propostas específicas com base descritiva e cartográfica e de formulação de recomendações para o desenvolvimento harmonioso das modalidades desportivas de natureza.

A CIDN TTM é precedida de um Estudo Prévio que pretende ser um momento 0 de validação de metodologias e de fontes de informação tendentes à elaboração das várias propostas específicas, em formato descritivo ou cartográfico (ocupação do solo, declives, exposição de vertentes, bacias de visão, modalidades desportivas e desporto de natureza da CIM-TTM).

Num primeiro momento, de diagnóstico, pretende-se:

1. a identificação e a localização das áreas com maior aptidão para a prática desportiva nas várias modalidades de desporto de natureza com potencial nas Terras de Trás-os-Montes;
2. o recenseamento das instalações desportivas e de infraestruturas relevantes, como sejam os acessos, os locais de estacionamento e algumas infraestruturas de qualificação da fruição desportiva na Natureza (parques de merendas, zonas de lazer e descanso, pontos de interesse paisagístico, praias fluviais, etc.);
3. os equipamentos de suporte aos praticantes destas modalidades, como sejam o alojamento e a restauração, os postos de informação turística e os postos de combustível, entre outros que na elaboração do estudo deverão ser identificados.

Num momento de elaboração de propostas específicas, e tendo em conta (1) o potencial dos territórios para as várias modalidades e (2) a defesa e a preservação dos ecossistemas mais sensíveis, a Carta deve referenciar os locais inseridos em meio natural mais propícios (e também aqueles que devem estar interditos/condicionados) à prática desportiva.

No quadro de elaboração de propostas, deverá também ser elaborada cartografia específica de caracterização e utilização do solo, à escala de 1:25.000, com indicação de georreferenciação e baseada em programas e ferramentas de SIG.

Em suma, perspetivando-se a identificação de um elevado leque de atividades, urge:

1. Hierarquizar as mesmas em função do seu potencial/restricção de concretização;
2. Programá-las de acordo com as épocas mais adequadas à sua prática;



3. Estabelecer critérios e limites de fruição desportiva, face à capacidade de carga dos locais;
4. Identificar todas as necessidades de sinalética, de infraestruturização “verde” e de homologação/certificação.

Da candidatura, a ação 1 encontra-se totalmente concluída tendo sido efetuada a Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes juntamente com o seu relatório.

A ação 2 foi executada de 21 a 27 setembro e diz respeito ao evento “Norcha Adventure Race nas Terras de Trás-os-Montes”. Trata-se de um evento que tem como objetivo principal a promoção da CIDN TTM com destaque para a divulgação e dinamização do Desporto de Natureza que ao percorrer os nove municípios da CIM-TTM vai promover a nível nacional e internacional as potencialidades do território no desporto de natureza, através da prática das modalidades indicadas na referida CIDN TTM que melhor se identificam com cada concelho e com cada espaço natural classificado.

Nos dois dias que antecederam a prova, as equipas participaram em ações educativas a realizar nas Escolas e também num congresso a realizar em Mirandela com a presença de alunos do Curso de Turismo do Instituto Politécnico de Bragança e de operadores e agentes de animação turística locais e regionais e técnicos especializados no turismo de natureza.

Pretendeu-se com a realização deste evento promover a riqueza natural deste vasto território e potenciar os produtos turísticos existentes alcançando assim o objetivo específico de promover e valorizar a excelência do património cultural e natural.

O projeto finalizou em 31 dezembro de 2021.

1.7.4 Discover Duero-Douro

O presente projeto tem associada a operação 0595_DISCOVER_DUERO_DOURO_2_E – Cooperação para a consolidação do espaço transfronteiriço Duero Douro.

O projeto Discover Duero Douro desenvolve-se no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Programa Interreg VA Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. Tem como objetivo a criação de um destino turístico de excelência na zona transfronteiriça Duero - Douro, graças à estruturação de uma oferta assente em experiências inovadoras e únicas assentes no seu património natural e cultural como elemento diferenciador, de identidade e de posicionamento, estabelecendo as condições necessárias para a apresentação, posicionamento e reconhecimento deste espaço transfronteiriço.

Do projeto fazem parte diversas atividades onde a maior parte já se encontram concluídas. De salientar as seguintes atividades:

WP1 – A Cadeia de Valor do Destino Duero-Douro



- Ação 1.1 – Análise da situação atual do binómio oferta-procura turística do destino Duero-Douro" – Esta atividade já se encontra concluída;
- Ação 1.2 – Nível de Competitividade do destino – Guia setorial: Turismo de natureza;

WP2 – Proposta de Valor do Destino Duero Douro: Diferenciar, posicionar e emocionar

- Ação 2.3 - Definição de produtos transfronteiriços representativos da proposta de valor do Destino Duero-Douro – Esta atividade já se encontra concluída;

WP4 – Experiências Duero Douro: Marketplace, posicionamento e comunicação

- Ação 4.3 – ações de visibilidade – Eventos de difusão e melhoria do conhecimento acerca do destino (Press Trip e Fam Trip) – Esta atividade encontra-se em execução;

WP6 – Comunicação

- Ação 6.1 – Materiais promocionais – Mini Guia do Destino Duero Douro – Esta atividade encontra-se em execução

O projeto termina a 31 julho de 2022.

1.7.5 Festival Património Improvável

O presente projeto tem associada a candidatura NORTE-04-2114-FEDER-000517.

O "Festival Património Improvável" assume como objetivo geral a promoção em rede de eventos culturais com elevado impacto, relacionados com o património de Trás-os-Montes (património classificado, mas de menor popularidade e ainda com reduzido grau de visitação turística), contribuindo para a projeção da imagem da região e para a geração de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico.

O presente projeto preconiza processos colaborativos de apropriação e interpretação do território como uma ferramenta para uma valorização dos seus patrimónios imaterial e material, transformando-os em palcos e, simultaneamente, em protagonistas de novas expressões criativas. É com esta visão e motivação que se propõe o estabelecimento de um festival de programação cultural em rede, no destino Trás-os-Montes, organizado em dois ciclos/edições anuais entre maio e setembro, envolvendo nove espaços patrimoniais notáveis da Comunidade Intermunicipal. O excepcional valor simbólico destes bens patrimoniais classificados encerra um enorme potencial turístico, ainda não devidamente aproveitado, considerando-se que estão presentemente reunidas as vontades e as condições para o seu efetivo desenvolvimento e sucesso. Face à necessidade de salvaguarda da integridade física dos recursos patrimoniais, e visando potenciar os resultados dos investimentos infraestruturais realizados no âmbito dos quadros comunitários anteriores, bem como previstos no presente Programa Operacional de Desenvolvimento Regional, acresce, desta forma, a pertinência de uma estratégia de qualificação destes recursos enquanto âncoras da oferta de uma nova dinâmica de turismo cultural na região Norte.

Este projeto contribui de forma ímpar para a projeção da imagem da região e para a geração de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico alicerçadas no desenvolvimento de projetos inovadores que promovam a coesão social, o sentimento de pertença e o aumento da afluência de visitantes.

O festival promoverá a acessibilidade a todos os cidadãos, quer no que concerne à acessibilidade física quer ao nível da disseminação/conhecimento do mesmo, pelo que tal será um dos focos da preparação do mesmo.

Em forte alinhamento com os objetivos específicos definidos, e no sentido de assegurar a otimização dos trabalhos a realizar, as atividades a desenvolver foram devidamente adequadas e estruturadas em três ações, com um elevado grau de interdependência entre si, a saber:

- Ação 1 – Implementação do ciclo de concertos no “Património Improvável” de Trás-os-Montes – Esta atividade encontra-se em execução;
- Ação 2 – Desenvolvimento e implementação de Visita-Jogo “Património Improvável” e Projetos artísticos com comunidades – Esta atividade encontra-se em fase de contratação;
- Ação 3 – Plano de Comunicação e Monitorização – Esta atividade será para contratar

O projeto termina a 31/12/2022 e as ações que não puderam ser executadas no ano de 2021 devida à COVID-19 serão realizadas todas no ano de 2022.

1.7.6 AgriSocial – Avaliação da Pequena Agricultura

A operação com o código POAT-01-6177-FEDER-000092, designada “AgriSocial – Avaliação da pequena agricultura e da sustentabilidade demográfica, como base para a criação de Instrumentos Integrados de suporte à Estratégia de Desenvolvimento Territorial” tem como objetivo principal a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial, instrumento importante no suporte da missão da CIM-TTM enquanto estrutura de coordenação, gestão, monitorização e avaliação.

Com esta operação a CIM-TTM pretende elaborar uma estratégia de desenvolvimento territorial para apoiar a configuração de instrumentos integrados de suporte ao desenvolvimento territorial das Terras de Trás-os-Montes, sendo essa elaboração apoiada num conjunto de estudos e avaliações centrados em duas áreas chave: a pequena agricultura e a sustentabilidade demográfica.

Não obstante a operação acima identifica ainda não se ter iniciado a CIM-TTM já há algum tempo que vem tomando consciência da necessidade de serem elaborados um conjunto de estudos e avaliações centrados em duas áreas chave: a pequena agricultura e a sustentabilidade demográfica razão pela qual tem vindo a recolher e a analisar dados e informações com vista a delinear o conjunto de intervenções que lhe parecem ser as mais adequadas para dar resposta



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mi', 'H', 'João', and 'Jo2']

aos desafios colocados pela realidade de partida diagnosticada. Há, por isso, um trabalho prévio que já foi feito e que justifica e fundamenta esta operação.

A CIM-TTM pretende assim, e de forma a ficar mais bem capacitada para os desafios do período 2021-2027, adquirir serviços para a elaboração de um “Plano estratégico de desenvolvimento territorial para avaliação da pequena agricultura e sustentabilidade demográfica”, o qual deve contemplar uma dimensão social e uma dimensão económica.

Pretende-se que o trabalho sirva de base para a criação de instrumentos integrados de suporte à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial, que passe pela estruturação de um modelo de distribuição/comercialização dirigida às IPSS, instituições de ensino e outras, na aquisição de produtos alimentares aos agricultores locais promovendo assim os circuitos de cadeia curta para potenciar o escoamento dos produtos e contribuir para a redução do desperdício alimentar proveniente das produções das pequenas e micro explorações.

[Handwritten signature and initials in blue ink, including '7-7-7' and 'Fun']

O projeto tem data de conclusão 30-06-2022, no entanto, para que seja possível efetuar o trabalho com a qualidade desejada, a CIM-TTM irá solicitar reprogramação temporal da candidatura estendendo o prazo de execução da mesma pelo período de mais 10 meses.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de contratação da empresa para realização do trabalho.

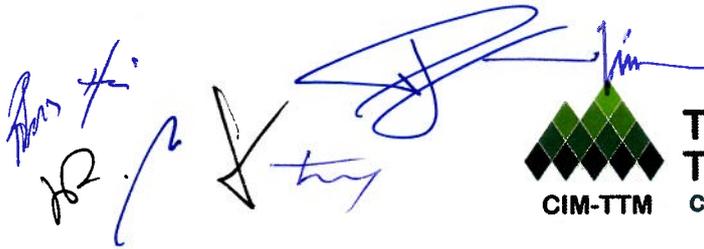
1.7.7 DesConstruir TTM – Desconstruir Estereótipos Construir Igualdade

O projeto POISE-01-3422-FSE- 000061 reconhece em sintonia com o XXI Governo Constitucional, a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para a região de Trás-os-Montes enquanto território, que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos.

Consciente da responsabilidade social que tem enquanto interveniente ativo em várias esferas da sociedade, adota o lema “Ninguém pode ficar para trás”, em consonância com a Agenda 2030 constituindo-se esta como uma referência e um roteiro para os próximos doze anos. Esta Agenda visa eliminar todos os obstáculos estruturais que se colocam à igualdade entre mulheres e homens, ao empoderamento e ao gozo pleno dos direitos de mulheres e raparigas, tanto no plano interno, como no plano da cooperação para o desenvolvimento.

O trabalho a desenvolver integra uma análise diagnóstica do território das Terras de Trás-os-Montes, em matéria de Igualdade e Não Discriminação, através da qual se estabeleceram linhas orientadoras para os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Conforme publicado no Aviso de Concurso Nº POISE- 22-2020-03., Tipologia 1.06 – Apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, as ações elegíveis e a implementar no âmbito da



operação integram atividades sequenciais, distribuídas por duas fases simultâneas, a realizar paralelamente:

Fase 1:

- Atividade 1 – Elaboração do diagnóstico;
- Atividade 2 – Elaboração/atualização e implementação do Plano para a Igualdade

Fase 2: Atividade 3 – Divulgação e avaliação do Plano para a Igualdade.

O projeto encontra-se em execução estando em fase de contratação a avaliação do projeto.

O projeto termina a 14/01/2023.

1.7.8 Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local das Terras de Trás-os-Montes

O investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação, associado ao objetivo específico de qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, são tidos como fundamentais na promoção da redução dos custos de contexto e criação um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local.

A convergência entre o desenvolvimento dos projetos de Modernização Administrativa e a implementação deste projeto de formação visa melhorar as capacidades profissionais dos trabalhadores abrangidos e rentabilizar os recursos físicos e tecnológicos ao seu dispor. Consequentemente, a capacidade de atendimento aos cidadãos e a qualidade dos serviços prestados evoluiu favoravelmente.

Evidencia-se que o carácter intermunicipal dos projetos de formação é garante de equidade da evolução dos serviços em cada um dos 9 municípios integrantes, o que consolida um desenvolvimento coletivo dos diversos serviços da Administração Pública Local nas Terras de Trás os Montes.

Da sua abrangência, alcança-se a rentabilização dos recursos materiais (tecnológicos) e humanos, através da sua capacitação, salvaguardando a pretensão do tratamento igualitário para os cidadãos e, ainda, promovendo a rapidez e transparência dos serviços prestados em cada um dos municípios na sua individualidade.

Os objetivos da operação alinhados com as necessidades formativas e oportunidades identificadas convergem com os objetivos específicos do aviso de abertura, a saber:



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'F', 'R', and '22']

- Capacitar os órgãos e serviços da Administração Pública, através da qualificação dos seus trabalhadores e dirigentes, para responder às exigências decorrentes das respetivas missões, atribuições e competências;
- Desenvolver competências de inovação e gestão da mudança, propiciadoras de conhecimentos, aptidões e atitudes ajustados aos necessários processos de modernização administrativa;
- Melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas;
- Promover a capacitação dos colaboradores da Administração Local para a governação digital;
- Contribuir para o reforço das competências e da qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e para a melhoria do seu desempenho;
- Dinamizar uma cultura de gestão que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização do conhecimento;
- Facilitar a adoção de estratégias de racionalização de estruturas e de fomento de sinergias entre serviços;
- Criar condições para desenvolver e implementar instrumentos de gestão, monitorização e avaliação de políticas públicas e de infraestruturas e equipamentos coletivos;
- Divulgar e partilhar boas práticas de organização interna e de prestação de serviços aos cidadãos, bem como novos modelos de inovação e de experimentação na Administração Pública;
- Favorecer o desenvolvimento e a implementação de dispositivos de avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação dos utentes, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'R', and 'Fm']

Durante o ano de 2021, deu-se início à implementação do projeto, com a elaboração dos diagnósticos de situação em cada um dos Municípios associados e na CIM-TTM. Este diagnóstico permitiu a identificação de constrangimentos e oportunidades de melhoria que possam ser colmatadas através de projetos de formação, contribuindo deste modo para a resolução de problemas individuais e organizacionais. Como resultado deste diagnóstico foi definido um plano de ação para cada uma das entidades referidas, cuja implementação iniciar-se-á no ano de 2022.

1.8 Transportes

O setor dos transportes assumiu uma relevante importância, pelo que, foi adjudicada a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS] das Terras de Trás-os-Montes.



Este plano visa promover as estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável. O Plano tem ainda como objetivo assumir-se como um documento de referência para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios da região. O plano será composto por uma caracterização e diagnóstico do território, identificação de cenários, objetivos e estratégia global para a mobilidade do território, sendo uma referência para a proposta de intervenção no âmbito do Portugal 2020. O plano será monitorizado e acompanhado, sendo a participação pública uma garantia da adesão dos agentes locais ao plano. O Plano está a ser preparado para dar resposta ao convite dirigido aos municípios para apresentação dos respetivos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de acordo com o Aviso EIDT-99-2015-03 – Portugal 2020, os quais pressupõem a integração das componentes dos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) elaborados ao nível das NUTS III. Este processo ficou concluído em 30 de novembro de 2021 com a aprovação do quadro de investimentos, pela CCDR-N.

Ainda no âmbito dos transportes, com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), a CIM-TTM é autoridade de transportes, para as carreiras intermunicipais, e recebeu a competência de oito municípios que delegaram a responsabilidade de Autoridade de Transportes Municipais na CIM-TTM, nomeadamente, os municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

Nessa sequência, no propósito de planeamento e organização de uma rede de serviço público de transporte de passageiros – integradas por linhas municipais, intermunicipais e inter-regionais – para a população na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a CIM-TTM, realizou um trabalho preparatório que analisa os vários modelos potenciais adotáveis para a exploração desse serviço público. De acordo com as observações e justificações constantes para a seleção de um operador para o serviço público de transporte de passageiros da CIM Terras de Trás-os-Montes – analisou de modo desenvolvido, entre outros, a necessidade aquisitiva e a sustentabilidade económico-financeira da exploração desse serviço público, incluindo tendo em conta o impacto da pandemia, o contrato de serviço público a celebrar pela Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, será um contrato de concessão que tem um prazo de execução de 5 (cinco) anos, com atribuição de uma compensação por obrigação de serviço público ao operador, cujo valor máximo para o primeiro ano de atividade está fixado em 895.300,00€ (oitocentos e noventa e cinco mil e trezentos euros), acrescido do valor de IVA devido à taxa legal aplicável, e atualizável anualmente de acordo com a taxa de variação média dos últimos 12 (doze) meses do IPC sem habitação, em conformidade com as regras de cálculo impostas pelo RJSPTP e pelo Regulamento (CE) n.º 1370/2007.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O programa PART no ano de 2021, através do Despacho n.º 1824-A/2021, foi atribuído à CIM-TTM o montante de 246.535,806€, prevê ainda que a CIM-TTM, tenha que comparticipar o mesmo em 20%, a acrescer ao valor atribuído pelo Fundo Ambiental. Ficando assim o programa com uma dotação global de 295.841,00€ (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e um euros). Com o aparecimento da COVID-19, e a entrada em vigor do Decreto-Lei nº014-C/2020 de 7 de abril, foi possível reajustar as medidas, a que inicialmente estava sujeito o programa, de forma a afetar uma parte das verbas, para compensar os operadores de transportes, por perdas de receitas.

O programa teve uma execução de 100% por parte da CIM-TTM, segundo estes três vetores (Redução Tarifária, Aumento de Oferta e Perdas de Receita por parte dos Operadores devido à COVID-19).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



No dia 29 de março de 2021, foi publicado o Despacho nº3387-A/2021, em que foram conhecidas as dotações orçamentais do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), tendo sido atribuído o valor de 262.496,00€ à CIM-TTM.

A aplicação deste programa incidia sobre algumas medidas de apoio nas seguintes Tipologias:

- a) Serviços de transporte público que tenham sido criados no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) de 2019, estatuído no Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro;
- b) Serviços de transporte público que tenham sido criados no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) de 2020, estatuído no Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro;
- c) Serviços de transporte público considerados como serviços essenciais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

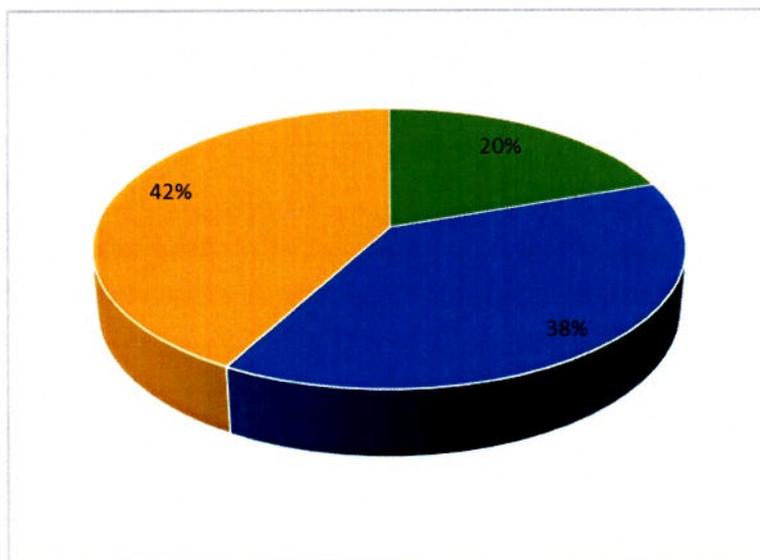


Consideram-se como medidas de apoio à densificação e reforço da oferta as ações que envolvam:

- a) Criação de novas linhas de serviços de transporte público;
- b) Aumento da frequência em linhas existentes;
- c) Prolongamento e/ou extensão do percurso de linhas existentes para cobertura de novas zonas;
- d) Criação de serviços de transporte flexível;
- e) Experiências piloto de novos serviços de transporte coletivo, que visem a promoção de hábitos de mobilidade mais sustentáveis;
- f) Aumentos de oferta de transportes públicos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 7;
- g) Manutenção dos serviços de transporte público previstos na alínea c) do n.º 7.

As verbas do PROTransP podem ainda ser utilizadas para o desenvolvimento de estudos, na aquisição e implementação de sistemas de gestão de transporte flexível e na realização de campanhas de promoção do transporte público, desde que os encargos com estas despesas não ultrapassem 5 % do total das verbas transferidas para cada CIM.

O programa PROTransP, teve uma execução de 99%, por parte da CIM-TTM, com a seguinte repartição de verbas:



 Pagamento Passes Escolares	51.629,60€
 Défice de Receita Carreiras Regulares	99.822,81€
 Novas Linhas	109.814,41€
Total	261.266,82 €



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signatures in blue ink]

1.9 Impacto da Covid-19 nas Contas

Ao nível da **promoção do território** das Terras de Trás-os-Montes a Pandemia da COVID-19 condicionou as ações de promoção do território, no entanto foi possível concretizar uma ambição da região de criar uma marca chapéu para os produtos e serviços das Terras de Trás-os-Montes com a adesão de 48 produtos aderentes à Marca e que passaram a poder ostentar o selo da Marca TTM.

Apesar de algumas ações não terem sido realizadas e assim retardada a execução de vários projetos não se pode inferir que tenha tido impacto significativo nas contas 2021.

1.10 Nota de Registo

Com a realização das eleições autárquicas 2021 registou-se uma mudança na Presidência e Vice-Presidências do Conselho Intermunicipal.

[Handwritten signatures in blue ink]

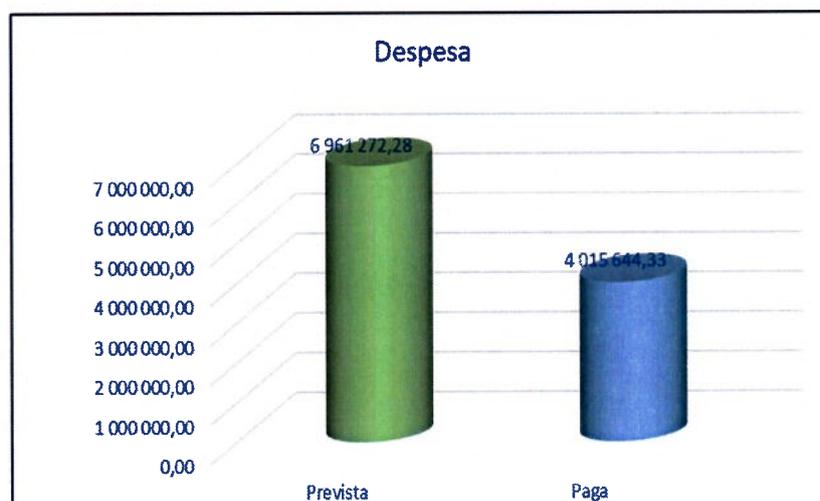
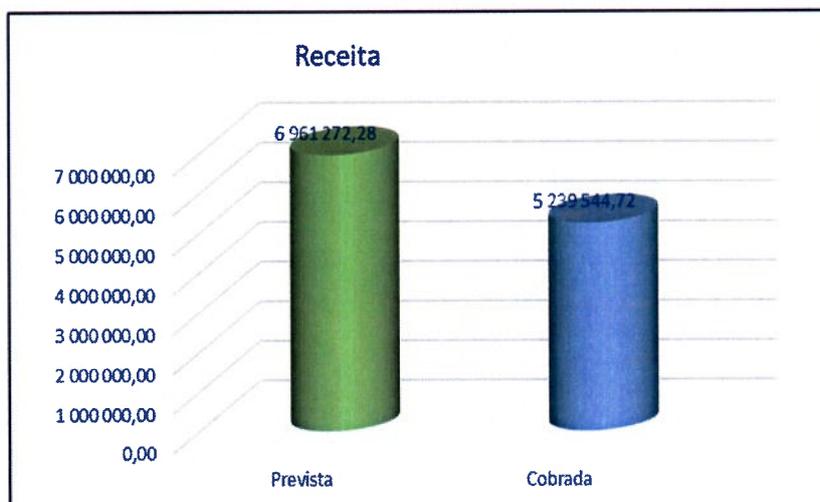
Handwritten notes in blue ink:
A large arrow points from the right towards the left. Above it, there are several scribbles and the letters "fi". To the right, there is a circled "R" and the word "tuy" written below it.

Handwritten notes in blue ink:
A circled "fi" is written above the word "Fun".

2 Análise da Execução Orçamental



O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 75,27% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 57,69%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução razoável tendo em consideração os anos anteriores e o momento que atravessamos face à pandemia COVID-19.





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'fi' and 'JR' below it.



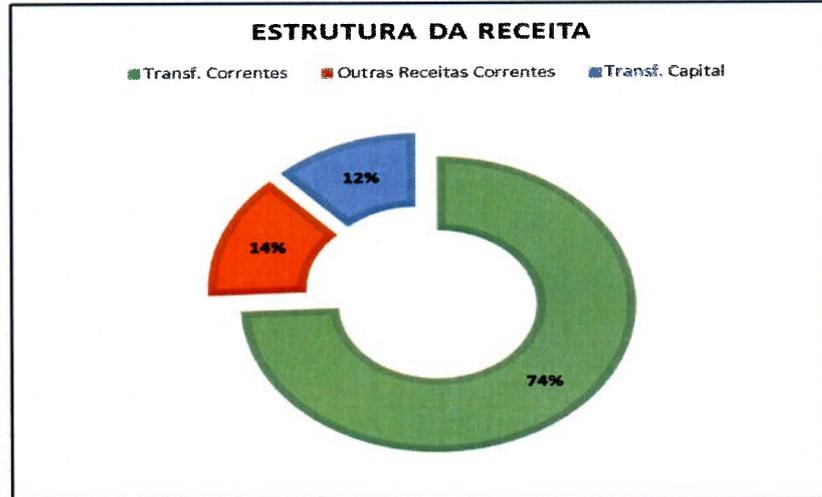
Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature 'Tm' at the bottom.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Observando o princípio do equilíbrio Orçamental Corrente, verifica-se que as receitas correntes são superiores às despesas correntes.

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten notes in blue ink:
A large scribble at the top left.
A vertical line with a horizontal tick at the top, labeled "4i".
A vertical line with a horizontal tick at the top, labeled "4o".
A vertical line with a horizontal tick at the top, labeled "4R".
A vertical line with a horizontal tick at the top, labeled "4R".

Handwritten notes in blue ink:
A scribble consisting of several overlapping loops.
The word "Fun" written below the scribble.

3 Análise da Situação Económica e Financeira



A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de dezembro de 2021.

3.1 Demonstração de Resultados

As contas relativas ao exercício económico de 2021 foram encerradas tendo sido apurado um resultado líquido positivo de **675.512,63€**, registando um acréscimo em relação aos anos anteriores.

O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

Designação	31.12.2020	31.12.2021	Var
<i>R. antes Dep. E Gastos de Financ.</i>	1 130 980,63	1 614 673,89	42,77%
<i>R.Operacional(Antes gastos Fin.)</i>	229 235,58	675 561,90	197,79%
<i>Resultados Antes Impostos</i>	229 134,24	675 512,63	194,81%
Resultado Líquido do Exercício	229 134,24	675 512,63	194,81%





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jim', 'H. de R.', and 'Fm'.

3.2 Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento) têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2020	31.12.2021
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	1 518 977,17€	1 569 632,71€
Gastos com Pessoal	273 795,59€	358 334,48€
Transferências e Subs. Concedidos	1 023 421,08€	917 519,47€
Amortizações	901 745,05€	939 111,99€
Outros Gastos	0,01€	22,00€
Total Custos Operacionais	3 717 938,90€	3 784 620,65€
Proveitos Operacionais		
Impostos, Contribuições e Taxas		
Vendas e Prestações de Serviços		
Transferências e Sub. Correntes Obtidos	3 169 351,87€	3 626 383,14€
Outros Rendimentos	777 822,61€	833 799,41€
Total dos Proveitos Operacionais	3 947 174,48€	4 460 182,55€
RESULTADOS OPERACIONAIS	229 235,58€	675 561,90€

Handwritten initials 'Fm' and other marks in blue ink.



Analisando os custos operacionais (antes de gastos de financiamento), regista-se um acréscimo nos fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal e amortizações verificando-se um decréscimo nas transferências e subsídios concedidos. O aumento nos custos com pessoal justifica-se pelo aumento do quadro de pessoal. O acréscimo nos gastos de depreciação e amortização é consequência do aumento nos bens de Capital.

Quanto aos proveitos operacionais, registou-se um acréscimo fruto da execução dos projetos em curso financiados e dos proveitos relacionados com os bens de capital.



3.3 Situação Financeira e Patrimonial

3.3.1 Evolução da Dívida de Terceiros

Designação	31.12.2020	31.12.2021
Dívidas de Curto Prazo		
Clientes, contribuinte e utentes	221 086,48€	169 950,93€
Outras contas a receber	458 106,96€	510 871,91€
Total	679 193,44 €	680 822,84 €

As dívidas de terceiros correspondem a transferências dos Municípios e transferências do FEDER a efetuar no ano de 2022 relativas a gastos do ano de 2021.

3.3.2 Evolução da Dívida a Terceiros

Designação	31.12.2020	31.12.2021
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	5 535,00€	53 445,03€
Fornecedores de imobilizado	0,00€	0,00€
Estado e outros entes públicos	5 314,40€	12 213,99€
Garantias e cauções	14 776,42€	14 776,42€
Outras Contas a pagar	921 299,86€	594 377,48€
Total	910 114,00 €	674 812,92 €

Relativamente à evolução da dívida a terceiros, constata-se que em 31 de dezembro de 2021 a CIM-TTM tinha 674.812,92€ em dívidas de curto prazo. Esta dívida refere-se a faturas em trânsito, cuja liquidação ainda não tinha sido efetuada. Deste valor salientamos a rubrica outras contas a pagar na qual constam valores dos transportes efetuados no ano de 2021 a faturar no ano de 2022. O valor em dívida ao Estado e Outros Entes Públicos corresponde aos descontos efetuados no mês de dezembro a liquidar em janeiro de 2021.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.3.3 Indicadores de Gestão

	31.12.2020	31.12.2021
Autonomia Financeira	70,00%	80,00%
Solvabilidade	2,29	3,99
Liquidez Geral	1,55	2,91

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é aceitável, tendo em conta o tipo de entidade. A autonomia financeira, que mede a sustentabilidade da entidade através da determinação da proporção dos ativos que são financiados com o Património, apresenta um valor positivo, tendo crescido em relação ao ano anterior. Quanto à solvabilidade, que evidencia a capacidade de cumprir os seus compromissos a médio longo prazo, verifica-se que o valor apresentado, sendo superior a 1, indica solidez no médio e longo prazo. A liquidez geral, que mede a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, apresenta igualmente um valor superior a 1, indicando não ter dificuldade em cumprir com os seus compromissos no curto prazo.

3.4 Proposta de aplicação de resultados

A CIM-TTM apresenta um resultado líquido positivo, no valor de 675.512,63€, pelo que, se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Reforço do Património: 641.737,00€

Constituição de Reservas Legais: 33.775,63€

Handwritten notes in blue ink, including a large scribble, the word "try", and a vertical line with a downward arrow.

Handwritten notes in blue ink, including a scribble, the word "try", and the word "Pur".

4 Demonstrações Financeiras



4.1 Balanço

BLC - BALANÇO (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO
2021/01/01 - 2021/12/31

ANO
2021

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		1 445 599,68 €	1 628 777,24 €
Ativos fixos tangíveis	5	1 302 913,94 €	1 463 280,41 €
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	139 671,37 €	163 363,47 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	3 014,37 €	2 133,36 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
Ativo corrente		1 921 640,30 €	1 403 036,02 €
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	169 950,93 €	221 086,48 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados	18	510 871,91 €	458 106,96 €
Outras contas a receber	23	2 140,65 €	
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda	1	1 238 676,81 €	723 842,58 €
Caixa e depósitos			
Total Ativo		3 367 239,98 €	3 031 813,26 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		2 692 427,06 €	2 110 513,24 €
Património/Capital	23	639 232,53 €	421 555,00 €
Ações (quotas) próprias			
Outros Instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	49 900,62 €	38 443,91 €
Resultados transitados	23	115 594,58 €	115 594,58 €
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização	23		
Outras variações no património líquido		1 212 186,70 €	1 305 785,51 €
Resultado líquido do período	23	675 512,63 €	229 134,24 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido		2 692 427,06 €	2 110 513,24 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		14 776,42 €	14 776,42 €
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de Investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos	18	14 776,42 €	14 776,42 €
Outras contas a pagar			
Passivo corrente		660 036,50 €	906 523,60 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	18	53 445,03 €	5 535,00 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	12 213,99 €	5 314,56 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de Investimentos	18	428 741,27 €	895 674,04 €
Outras contas a pagar	23	165 636,21 €	
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total Passivo		674 812,92 €	921 300,02 €
Total Património Líquido e Passivo		3 367 239,98 €	3 031 813,26 €

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



4.2 Demonstração de Resultados por Natureza

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO
2021/01/01 - 2021/12/31

ANO
2021

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 626 383,14 €	3 169 351,87 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 569 632,71 €	-1 518 977,17 €
Gastos com pessoal	19	-358 334,48 €	-273 795,59 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-917 519,47 €	-1 023 421,08 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23	833 799,41 €	777 822,61 €
Outros gastos	23	-22,00 €	-0,01 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 614 673,89 €	1 130 980,63 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3-5	-939 111,99 €	-901 745,05 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		675 561,90 €	229 235,58 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	2,73 €	2,66 €
Juros e gastos similares suportados	23	-52,00 €	-104,00 €
Resultado antes de impostos		675 512,63 €	229 134,24 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		675 512,63 €	229 134,24 €

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de ___ de ___

4.3 Demonstrações das Alterações no Património Líquido

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim
01-01-2021				
31-12-2021				

Ano
2021

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transiç. em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do	TOTAL				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	23	421 555,00 €				38 443,91 €	115 594,58 €					1 305 785,51 €	229 134,24 €	2 110 513,24 €	2 110 513,24 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23	217 677,53 €				11 456,71 €						-93 598,81 €	-229 134,24 €	-93 598,81 €	-93 598,81 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital															
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		217 677,53 €				11 456,71 €						-901 547,43 €	-229 134,24 €	-901 547,43 €	807 948,62 €
Correção de erros materiais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)															
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	23	217 677,53 €				11 456,71 €						-93 598,81 €	446 376,39 €	581 913,82 €	675 512,63 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)															
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Subscrições de prémios de emissão															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	23	639 232,53 €				49 900,62 €	115 594,58 €					1 212 186,70 €	675 512,63 €	2 692 427,06 €	2 692 427,06 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31	2021

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	14	3 894 922,91 €	3 321 491,19 €
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores	18	-1 399 698,28 €	-1 516 504,68 €
Pagamentos ao pessoal	19	-348 178,74 €	-264 849,78 €
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios	23	-1 511 810,88 €	-325 326,50 €
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		635 235,01 €	1 214 810,23 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		7 699,68 €	-3 694,89 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		642 934,69 €	1 211 115,34 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	5	-639 333,06 €	-1 254 107,57 €
Pagamentos - Ativos Intangíveis	3	-115 720,36 €	-72 094,91 €
Pagamentos - Propriedades de Investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros	18	-881,01 €	-399,92 €
Pagamentos - Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos - Ativos Intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento			
Recebimentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos - Outros ativos			
Recebimentos - Subsídios ao Investimento			
Recebimentos - Transferências de capital	23	627 829,44 €	778 124,07 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares			
Recebimentos - Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-128 104,99 €	-548 478,33 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Realizações de capital e de outros Instrumentos de capital			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos			
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento	23	4,53 €	0,86 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos			
Pagamentos - Juros e gastos similares			
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros Instrumentos de capital			
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	23	4,53 €	0,86 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		514 834,23 €	662 637,87 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	723 842,58 €	61 204,71 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	1 238 676,81 €	723 842,58 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		723 842,58 €	61 204,71 €
Equivalentes a caixa no início do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)			
SGA De execução orçamental		723 842,58 €	61 204,71 €
SGA De operações de tesouraria		708 951,44 €	41 322,34 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		14 891,14 €	19 882,37 €
Equivalentes a caixa no fim do período		1 238 676,81 €	723 842,58 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)			
SGS De execução orçamental		1 238 676,81 €	723 842,58 €
SGS De operações de tesouraria		1 223 900,39 €	708 951,44 €
		14 776,42 €	14 891,14 €

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de ___ de ___



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2021

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com N.I.P.C. 510957544, com sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 239, 5300-319 Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi constituída em 29/10/2013 e os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 26-09-2014.

O regime financeiro da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é o consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro, e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes está sujeita aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da CIM-TTM, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

a) Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos. Os eventos ocorridos após a data de relato que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data de relato são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

b) Especialização dos gastos/rendimentos

Os rendimentos/gastos são reconhecidos no momento (período) a que respeitam, independentemente do momento em que são recebidos/pagos, respetivamente.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

c) Compensação

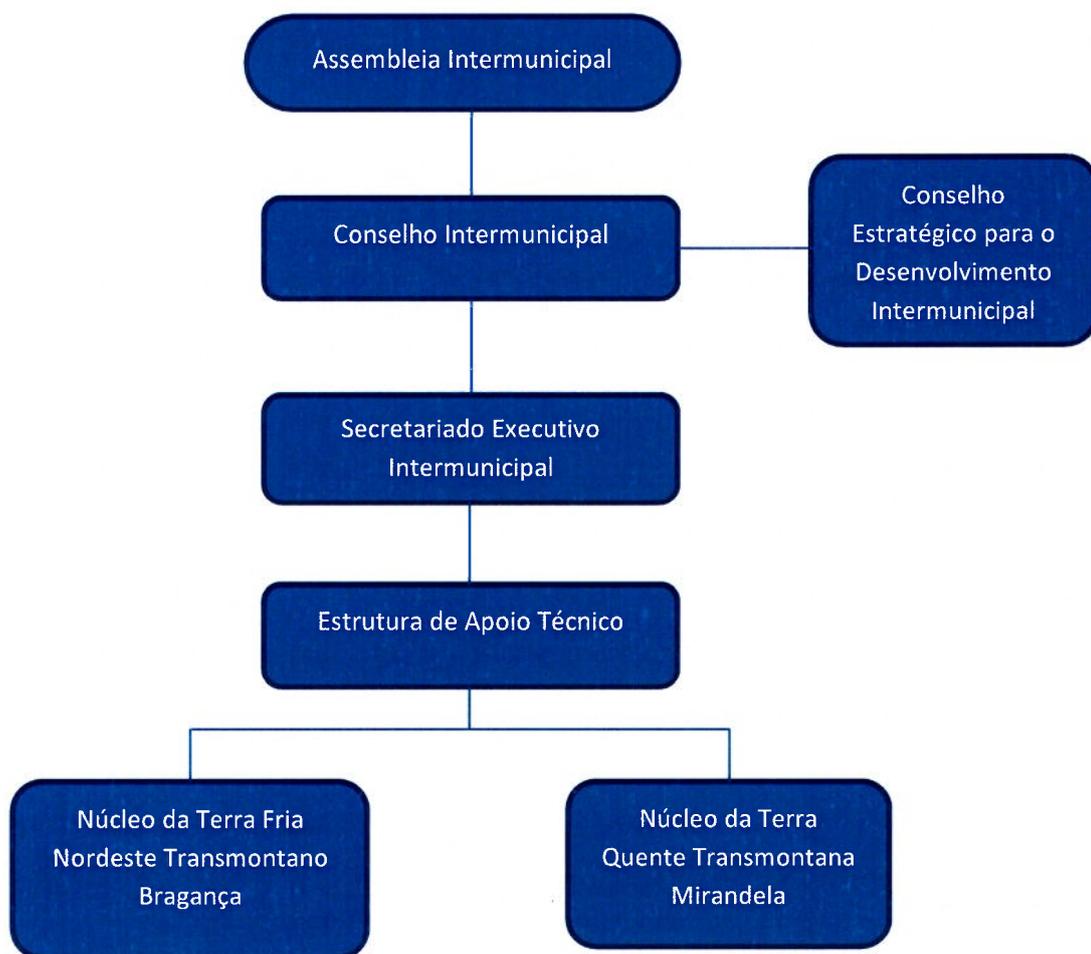
Os ativos e passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e de demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

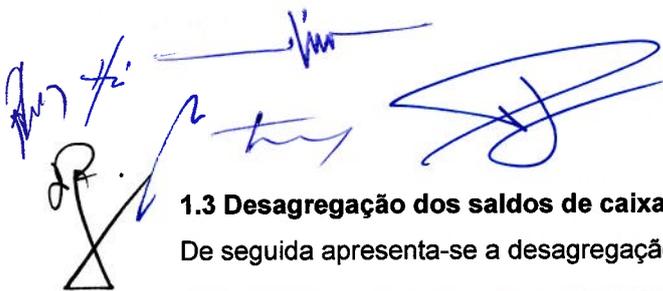
d) Comparabilidade

A comparabilidade é a qualidade da informação que permite que os utilizadores das demonstrações financeiras identifiquem semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenómenos. A comparabilidade não é uma qualidade de um item individual de informação, mas antes a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.

Relativamente ao modelo organizacional de gestão a CIM-TTM é composta pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho Intermunicipal, pelo Secretariado Executivo e pela Estrutura de apoio Técnico.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.





1.3 Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

PERÍODO	2021/01/01 - 2021/12/31
DO ANO CONTABILÍSTICO	2021

Conta	Designação	2021			2020
		Débito	Crédito	Saldo	
11	Caixa	325,29 €	114,72 €	210,57 €	325,29 €
12	Depósitos à ordem	5 206 525,33 €	4 020 179,44 €	1 186 345,89 €	723 517,29 €
12.1	Depósitos à ordem no Tesouro				
12.2	Depósitos bancários à Ordem	5 206 525,33 €	4 020 179,44 €	1 186 345,89 €	708 825,11 €
13.1	Depósitos a prazo				
13.2	Depósitos consignados				
13.3	Depósitos de garantias e cauções	52 402,40 €	282,05 €	52 120,35 €	14 692,18 €
	TOTAL	5 259 253,02 €	4 020 576,21 €	1 238 676,81 €	723 842,58 €



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n° 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Outras Políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas relacionadas com o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos rendimentos e gastos são apresentadas nas notas anexas em que cada assunto é tratado.

Julgamentos dos órgãos de gestão

Não foram efetuados julgamentos pelos órgãos de Gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto relevante nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da CIM-TTM, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

Fontes de Incerteza de estimativas

Não existem fontes de incerteza de estimativas apuradas.

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais apurados de períodos anteriores.

Nota 3 – Ativos intangíveis

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros ou do potencial de serviço e da existência desses mesmos benefícios.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS									
(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)									
Período								Ano	
01-01-2021								2021	
31-12-2021		Visualizar Contas s/ Mov.		Sim					
RUBRICAS [1]		Início do Período				Final do Período			
		Quantia bruta [2]	Depreciações Acumuladas [3]	Perdas por Imparidade [4]	Quantia Escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Depreciações Acumuladas [7]	Perdas por Imparidade [8]	Quantia Escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
AI1	Ativos Intangíveis Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	850 689,10 €	687 325,63 €		163 363,47 €	954 115,61 €	826 738,09 €		127 377,52 €
AI2	Goodwill								
AI3	Projetos de desenvolvimento	27 675,00 €	27 675,00 €			27 675,00 €	27 675,00 €		
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	155 009,21 €	51 669,74 €		103 339,47 €	258 435,72 €	131 058,20 €		127 377,52 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	668 004,89 €	607 980,89 €		60 024,00 €	668 004,89 €	668 004,89 €		
AI6	Outros								
AI7	Ativos intangíveis em curso					12 293,85 €			12 293,85 €
TOTAL		850 689,10 €	687 325,63 €		163 363,47 €	966 409,46 €	826 738,09 €		139 671,37 €

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Ano
01-01-2021	2021
31-12-2021	

Visualizar Contas s/ Mov. Sim

Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
A11	Ativos Intangíveis		103 426,51 €								103 426,51 €
	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação		103 426,51 €								103 426,51 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros		12 293,85 €								12 293,85 €
A17	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL		115 720,36 €								115 720,36 €

Handwritten signature and initials in blue ink on the left side of the first table.

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Ano
01-01-2021	2021
31-12-2021	

Visualizar Contas s/ Mov. Sim

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
A11	Ativos Intangíveis	163 363,47 €	103 426,51 €						-139 412,46 €		127 377,52 €
	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação	103 339,47 €	103 426,51 €						-79 388,46 €		127 377,52 €
A15	Propriedade industrial e intelectual	60 024,00 €							-60 024,00 €		
A16	Outros		12 293,85 €								12 293,85 €
A17	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	163 363,47 €	115 720,36 €						-139 412,46 €		139 671,37 €

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS									
(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)									
Período				Visualizar Contas s/ Mov.		Sim		Ano	
01-01-2021								2021	
31-12-2021									
RUBRICAS	[1]	Início do Período			Final do Período				
		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
		[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
AFT31	Outros ativos fixos tangíveis	3 114 254,21 €	1 650 973,80 €		1 463 280,41 €	3 753 587,27 €	2 450 673,33 €		1 302 913,94 €
AFT32	Terrenos e recursos naturais								
AFT33	Edifícios e outras construções								
AFT34	Equipamento básico	293 225,04 €	129 044,58 €		164 180,46 €	293 225,04 €	181 823,97 €		111 401,07 €
AFT35	Equipamento de transporte	409 368,60 €	307 026,45 €		102 342,15 €	409 368,60 €	409 368,60 €		
AFT36	Equipamento administrativo	2 367 325,22 €	1 170 567,42 €		1 196 757,81 €	3 006 658,28 €	1 815 145,41 €		1 191 512,87 €
AFT37	Equipamentos biológicos								
AFT38	Outros	44 335,35 €	44 335,35 €			44 335,35 €	44 335,35 €		
AFT38	Ativos fixos tangíveis em curso								
	TOTAL	3 114 254,21 €	1 650 973,80 €		1 463 280,42 €	3 753 587,27 €	2 450 673,33 €		1 302 913,94 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01-01-2021
31-12-2021

Ano
2021

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis		639 333,06 €									639 333,06 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico											
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo		639 333,06 €									639 333,06 €
Equipamentos biológicos											
Outros											
Ativos fixos tangíveis em curso											
TOTAL		639 333,06 €									639 333,06 €

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01-01-2021
31-12-2021

Ano
2021

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Outros ativos fixos tangíveis	1 463 280,42 €	639 333,06 €					-799 689,53 €		1 302 913,95 €
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Equipamento básico	164 180,46 €						-52 779,39 €		111 401,07 €
Equipamento de transporte	102 342,15 €						-102 342,15 €		
Equipamento administrativo	1 196 757,81 €	639 333,06 €					-644 577,99 €		1 191 512,88 €
Equipamentos biológicos									
Outros									
Ativos fixos tangíveis em curso									
TOTAL	1 463 280,42 €	639 333,06 €					-799 689,53 €		1 302 913,95 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos decorrentes de transações sem contraprestação são reconhecidos no momento, em que os correspondentes influxos são considerados como ativo, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O rendimento é mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido.

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 626 383,14	0,00	221 086,48	169 950,93	165 636,21
Estado	375 013,27				
Serviços e Fundos Autónomos	616 689,52				
Administração Local	1 742 563,34		221 086,48	169 950,93	
Projetos co-financiados	892 117,01	0,00			165 636,21
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	825 963,01	732 364,20			
TOTAL	4 452 346,15	732 364,20	221 086,48	169 950,93	165 636,21

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

No início do ano de 2022 deflagrou uma guerra na Europa, com a invasão da Rússia à Ucrânia, cujos efeitos são ainda imprevisíveis a longo prazo. No imediato, este acontecimento originou um aumento dos preços da energia e dos combustíveis, além de que se prevê que a inflação irá ser elevada.

Apesar destas contingências, a sua continuidade não está posta em causa.

Não existiram outros acontecimentos ocorridos após a data do balanço que tenham dado origem a ajustamentos das demonstrações financeiras nem divulgação.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor, sendo a mensuração subsequente feita pelo custo amortizado. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos instrumentos financeiros encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por Imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	681 326,80	881,01		0,00	3 770,05	0,00		0,00	0,00	685 977,86
Outros ativos financeiros:										0,00
Outros investimentos financeiros	2 133,36	881,01								3 014,37
Outras contas a receber	679 193,44				3 770,05				0,00	682 963,49
TOTAL	681 326,80	881,01	0,00	0,00	3 770,05	0,00	0,00	0,00	0,00	685 977,86

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	921 300,02	4 344 145,35		0,00	3 694 958,41		895 674,04	674 812,92
Outros passivos financeiros:								0,00
Fornecedores	5 535,00	3 010 990,00		0,00	2 963 079,97		0,00	53 445,03
Estado e outros entes públicos	5 314,56	156 886,18			149 986,75			12 213,99
Fornecedores de Investimentos	0,00	581 891,69			581 891,69			0,00
Outras contas a pagar	910 450,46	594 377,48					895 674,04	609 153,90
TOTAL	921 300,02	4 344 145,35	0,00	0,00	3 694 958,41	0,00	895 674,04	674 812,92

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência de decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2020 foi de 15 e 9 respetivamente.

A 31/12/2021 não existem funcionários a usufruir de benefícios pós emprego relativamente a planos de contribuição definida.

A repartição dos "Gastos com pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Gastos com Pessoal		
Rubrica	2021	2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	920,38 €	2 320,20 €
Abonos variáveis ou eventuais	920,38 €	2 320,20 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	63 312,45 €	64 434,06 €
Remunerações certas e permanentes	61 801,70 €	61 275,22 €
Abonos variáveis ou eventuais	1 510,75 €	3 158,84 €
Remunerações do pessoal	220 269,40 €	152 586,56 €
Remunerações certas e permanentes	213 178,27 €	150 804,67 €
Abonos variáveis ou eventuais	7 091,13 €	1 781,89 €
Encargos sobre remunerações	63 297,59 €	48 785,96 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 631,18 €	3 721,51 €
Outros gastos com pessoal	8 903,48 €	1 947,30 €
TOTAL	358 334,48 €	273 795,59 €

Nota 23 – outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

– Património Líquido

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	421 555,00	217 677,53	0,00	639 232,53
Reservas:				0,00
55.1 Legais	38 443,91	11 456,71	0,00	49 900,62
Resultados transitados:				0,00
56.1 De anos anteriores	115 594,58	0,00	0,00	115 594,58
Outras variações no património líquido:				0,00
59.3 Transferências e Subsídios de capital	1 305 785,51	807 948,62	901 547,43	1 212 186,70
				0,00
Sub Total	1 881 379,00	1 037 082,86	901 547,43	2 016 914,43
88 Resultado Líquido	229 134,24	675 512,63	229 134,24	675 512,63
Total Fumdos Próprios	2 110 513,24	1 712 595,49	1 130 681,67	2 692 427,06

Os aumentos verificados no património e reservas refletem a afetação do resultado líquido do ano de 2020. Já os valores registados em transferências e subsídios de capital refletem os subsídios obtidos para aquisição de bens de capital.

As diminuições provêm da afetação do resultado líquido e da especialização dos subsídios ao investimento.

– Estado e outros entes públicos

DR

Estado e Outros Entes Públicos				
Conta	Designação	Activo	Passivo	Observações
2421	IRS Trabalho Dependente		4 094,00	Descontos Dezembro
245111	Caixa Geral de Aposentações		902,75	Descontos Dezembro
245112	IGFSS - TSU		1 451,67	Descontos Dezembro
24521	ADSE		686,67	Descontos Dezembro
245121	Caixa Geral de Aposentações		1 944,51	Contribuições - Dezembro
245122	IGFSS - TSU		3 134,39	Contribuições - Dezembro
Total			12 213,99	

Os valores registados correspondem aos descontos e contribuições do mês de dezembro a liquidar em janeiro.

A 31 de dezembro de 2021 não se verifica qualquer dívida em mora ao estado.

- Diferimentos

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer	2 140,65	0,00
Total	2 140,65	0,00

Descrição	2021	2020
Transferências e subsídios a reconhecer	165 636,21	0,00
Total	165 636,21	0,00

Gastos a reconhecer – Valor do Seguro Acidentes no trabalho a reconhecer no ano de 2022.

Transferências e subsídios a reconhecer – Adiantamento a reconhecer no ano de 2022.

- Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos especializados	956 668,08	922 386,46
Publicidade e propaganda	25 153,77	49 921,80
Honorários	0,00	541,43
Conservação e reparação	336,09	254,31
Material de escritório	1 007,82	1 220,37
Outros materiais diversos de consumo	13 313,97	31 040,76
Combustíveis e lubrificantes	2 259,53	1 314,23
Deslocações e estadas	2 500,96	2 154,89
Transportes	517 576,04	477 503,14
Comunicação	14 591,14	4 882,39
Despesas de representação	1 362,34	0,00
Outros serviços	34 862,97	27 757,39
Total	1 569 632,71	1 518 977,17

- Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros Gastos	22,00	0,01
Total	22,00	0,01

- Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros	833 799,41	777 822,61
Imputação subsídios ao investimento	825 963,01	776 926,19
Outros	7 836,40	896,42
Total	833 799,41	777 822,61

- Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de "Juros, dividendos e outros rendimentos similares" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Juros obtidos	2,73	2,66
Total	2,73	2,66

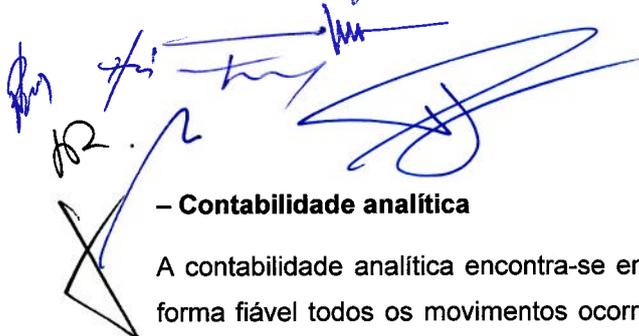
- Juros e gastos similares suportados

Descrição	2021	2020
Outros gastos de financiamento	52,00	104,00
Total	52,00	104,00

- Transferências e subsídios concedidos

A rubrica de "Transferências e subsídios concedidos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Transferências correntes concedidas	917 519	1 023 421
Total	917 519,47	1 023 421,08



– Contabilidade analítica

A contabilidade analítica encontra-se em fase de implementação, pelo que ainda não reflete de forma fiável todos os movimentos ocorridos no período. É expetável que no decorrer do ano de 2022 esteja completamente implementada.

– Honorários do ROC – Revisor Oficial de Contas

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é necessária a Revisão e Certificação Legal das contas anuais da CIM-TTM. Os honorários do Revisor Oficial de Contas do período de 2021 foram de € 2.880,00.

– Impacto do Pandemia COVID-19



O surto pandémico provocado pela COVID-19 em inícios de 2020, teve a nível mundial um impacto significativo em termos sociais e económicos, ao que o nosso concelho não foi alheio, quando somos fortemente dependentes do turismo e do comércio com os nossos vizinhos espanhóis. As medidas de confinamento e de restrição de movimentos implementadas em ambos os países vieram a agudizar mais a crise provocada pela COVID-19.



– Contexto socioeconómico europeu

Considerando os tempos de incerteza que se vivem no mundo e em especial na europa com o eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, é de esperar em 2022 um abrandamento do crescimento económico e um aumento significativo dos preços de algumas matérias-primas, nomeadamente combustíveis e cereais, culminado num cenário de recessão económica. Assim, neste cenário será espetável que em 2022 e nos anos seguintes, a CIM-TTM venha a desempenhar um papel fundamental, dada a proximidade com os cidadãos, no apoio aos mais afetados, inclusivamente ao próprio tecido empresarial local.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

pin
tray
for
R.

R
777
Fun

5 Demonstrações Orçamentais

5.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Periodicidade	Mensal
01-01-2021	Período	pós Apuramento dos R
31-12-2021	Acumulados	Sim

Data	Ano
04-04-2022	2021

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2020
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	708 951,44 €				14 891,14 €	723 842,58 €	61 204,71 €
RI01	Operações orçamentais [1]	708 951,44 €					708 951,44 €	41 322,34 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	708 951,44 €					708 951,44 €	41 322,34 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					14 891,14 €	14 891,14 €	10 882,37 €
RA02	Receita corrente	3 902 763,84 €					3 902 763,84 €	3 322 388,47 €
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade	4,53 €					4,53 €	0,86 €
R5	Transferências e subsídios correntes	3 894 922,91 €					3 894 922,91 €	3 321 491,19 €
R5.1	Transferências correntes	3 894 922,91 €					3 894 922,91 €	3 321 491,19 €
R5.1.1	Administrações Públicas	3 894 922,91 €					3 894 922,91 €	3 321 491,19 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 038 958,35 €					2 038 958,35 €	2 456 270,13 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local	1 855 964,56 €					1 855 964,56 €	865 221,06 €
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes	7 836,40 €					7 836,40 €	896,42 €
RA03	Receita de capital	627 829,44 €					627 829,44 €	778 124,07 €
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital	627 829,44 €					627 829,44 €	778 124,07 €
R9.1	Transferências de capital	627 829,44 €					627 829,44 €	778 124,07 €
R9.1.1	Administrações Públicas	627 829,44 €					627 829,44 €	778 124,07 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	627 829,44 €					627 829,44 €	754 559,15 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							23 564,92 €
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	4 530 593,28 €					4 530 593,28 €	4 100 512,54 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	5 239 544,72 €					5 239 544,72 €	4 141 834,88 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]							

DA01	Despesa corrente	3 260 590,91 €				3 260 590,91 €	2 106 680,96 €
D1	Despesas com o pessoal	349 059,75 €				349 059,75 €	264 849,78 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	265 489,88 €				265 489,88 €	206 229,71 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	8 899,15 €				8 899,15 €	4 170,54 €
D1.3	Segurança social	74 670,72 €				74 670,72 €	54 449,53 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 399 698,28 €				1 399 698,28 €	1 516 504,68 €
D3	Juros e outros encargos						
D4	Transferências e subsídios correntes	1 511 810,88 €				1 511 810,88 €	325 326,50 €
D4.1	Transferências correntes	1 511 810,88 €				1 511 810,88 €	325 326,50 €
D4.1.1	Administrações Públicas	135 923,38 €				135 923,38 €	135 696,83 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D4.1.1.3	Segurança Social						
D4.1.1.4	Administração Regional						
D4.1.1.5	Administração Local	135 923,38 €				135 923,38 €	135 696,83 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo						
D4.1.3	Famílias						
D4.1.4	Outras	1 375 887,50 €				1 375 887,50 €	189 629,67 €
D4.2	Subsídios Correntes						
D5	Outras despesas correntes	22,00 €				22,00 €	
DA02	Despesa de capital	755 053,42 €				755 053,42 €	1 326 202,48 €
D6	Aquisição de bens de capital	755 053,42 €				755 053,42 €	1 326 202,48 €
D7	Transferências e subsídios de capital						
D7.1	Transferências de capital						
D7.1.1	Administrações Públicas						
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D7.1.1.3	Segurança Social						
D7.1.1.4	Administração Regional						
D7.1.1.5	Administração Local						
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo						
D7.1.3	Famílias						
D7.1.4	Outras						
D7.2	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital						
DA03	Despesa efetiva [5]	4 015 644,33 €				4 015 644,33 €	3 432 883,44 €
DA04	Despesa não efetiva [6]						
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros						
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	4 015 644,33 €				4 015 644,33 €	3 432 883,44 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]				114,72 €	114,72 €	4 991,23 €
DA06	Saldo para a gestão seguinte	1 223 900,39 €			14 776,42 €	1 238 676,81 €	723 842,58 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 223 900,39 €				1 223 900,39 €	708 951,44 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				14 776,42 €	14 776,42 €	14 891,14 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	514 948,95 €				514 948,95 €	667 629,10 €
DA10	Despesa primária	4 015 644,33 €				4 015 644,33 €	3 432 883,44 €
DA11	Saldo corrente	642 172,93 €				642 172,93 €	1 215 707,51 €
DA12	Saldo de capital	-127 223,98 €				-127 223,98 €	-548 078,41 €
DA13	Saldo primário	514 948,95 €				514 948,95 €	667 629,10 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	5 239 544,72 €				5 239 544,72 €	4 141 834,88 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	4 015 644,33 €				4 015 644,33 €	3 432 883,44 €

7-f
Fun

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às demonstrações orçamentais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2021

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. (...)” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- 1 – Alterações orçamentais da receita
- 2 – Alterações orçamentais da despesa
- 3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos
- 4 – Operações de tesouraria
- 5.1 – Contratação administrativa – Situação dos contratos
- 5.2 – Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento
- 5.3 – EC Encargos Contratuais
- 6 – Transferências e subsídios – receita
- 7 – Transferências e subsídios - despesa

1 – Alterações orçamentais da receita

Em 12 de maio de 2021 procedeu-se à elaboração de uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 30 de junho de 2021, afetando a receita da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ALTERAÇÃO NÚMERO 3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 30/06/2021

Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano	2021	Data	04-04-2022		
Identificação da Classificação		Designação		Previsões iniciais	Inscrições / reforços	Alterações Orçamentais / Diminuições / anulacões	Créditos especiais	Previsões corrigidas	Observações
Rubricas	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
R5	Transferências e subsídios correntes		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
R51	Transferências correntes		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
R511	Administrações Públicas		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
R5111	Administração Central - Estado Português		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
06030601	FEDER (CORRENTE)	M	1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais			708 951,44 €			708 951,44 €		
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			708 951,44 €			708 951,44 €		
1601	SALDO ORÇAMENTAL			708 951,44 €			708 951,44 €		
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	M		708 951,44 €			708 951,44 €		
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES			1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL									
TOTAL DE RECEITAS EFETIVAS			1 716 085,55 €		183 622,04 €		1 532 463,51 €		
TOTAL DE RECEITAS NÃO EFETIVAS				708 951,44 €			708 951,44 €		
TOTAL			1 716 085,55 €	708 951,44 €	183 622,04 €		2 241 414,95 €		

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

2 – Alterações orçamentais da despesa

Em 12 de janeiro de 2021 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 12 de janeiro de 2021, afetando a receita da seguinte forma:

Tipo de Visualização		Orçamento Ano		Data		Observações	
		2021		04-04-2022			
APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO				(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)			
ALTERAÇÃO NÚMERO 1 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 12/01/2021							
ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA							
Identificação da Classificação		Alterações Orçamentais		Dotações corrigidas		Observações	
Rubricas	Designação	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais	[7] = [3]+...+[7]	[8]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]
D1	Despesas com o pessoal	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
D13	Segurança social	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
01	ADMINISTRAÇÃO	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
0103	SEGURANÇA SOCIAL	45 000,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €		45 000,00 €	
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	3 000,00 €	18 000,00 €			21 000,00 €	
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	42 000,00 €		18 000,00 €		24 000,00 €	
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTEP)	42 000,00 €		18 000,00 €		24 000,00 €	
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	42 000,00 €		18 000,00 €		24 000,00 €	
01	Aquisição de bens e serviços	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
0102	ADMINISTRAÇÃO	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
02	CONSELHO INTERMUNICIPAL	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
02021001	TRANSPORTES	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
D4	TRANSPORTES - COMPENSAÇÕES	1 053 895,99 €		733 895,99 €		320 000,00 €	
D41	Transferências e subúditos correntes	320 000,00 €	733 895,99 €			1 053 895,99 €	
D414	Transferências correntes	320 000,00 €	733 895,99 €			1 053 895,99 €	
01	Outras	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
0102	ADMINISTRAÇÃO	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
04	CONSELHO INTERMUNICIPAL	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
0401	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
040102	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
	PRIVADAS	320 000,00 €		733 895,99 €		1 053 895,99 €	
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	1 418 895,99 €	733 895,99 €	751 895,99 €	0,00 €	1 418 895,99 €	
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL						
	TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS	1 418 895,99 €	751 895,99 €	751 895,99 €	0,00 €	1 418 895,99 €	
	TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS						
	TOTAL	1 418 895,99 €	751 895,99 €	751 895,99 €	0,00 €	1 418 895,99 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

95

Em 12 de maio de 2021 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM TTM realizada no dia 12 de maio de 2021, afetando a receita da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 2 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 12/05/2021

Tipo de Visualização	APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano 2021		Data	Observações		
	Identificação da Classificação	Designação	Dotações iniciais	Inscrições / reforços			Alterações Orçamentais	Créditos especiais
Rubricas	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
D2			1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
	Aquisição de bens e serviços							
01	ADMINISTRAÇÃO		1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
020214	ESTUDIOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		700 000,00 €	22 000,00 €	22 680,00 €		699 320,00 €	
02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	P	500 000,00 €	22 000,00 €	22 680,00 €		522 000,00 €	
02021499	OUTROS	P	200 000,00 €		22 680,00 €		177 320,00 €	
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		320 000,00 €	22 680,00 €	22 000,00 €		320 680,00 €	
02022001	ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE TURISMO DE NATUREZA DAS TTM	P	120 000,00 €	22 680,00 €			142 680,00 €	
02022005	PICIEE	P	200 000,00 €		22 000,00 €		178 000,00 €	
	Aquisição de bens de capital		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
01	ADMINISTRAÇÃO		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
0701	INVESTIMENTOS		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		539 990,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		576 490,00 €	
07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	P	539 990,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		576 490,00 €	
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		92 340,00 €		36 500,00 €		55 840,00 €	
07010901	PROVERE	P	92 340,00 €		36 500,00 €		55 840,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		1 020 000,00 €	44 680,00 €	44 680,00 €		1 020 000,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		632 330,00 €	36 500,00 €	36 500,00 €		632 330,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS		1 652 330,00 €	81 180,00 €	81 180,00 €		1 652 330,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS							
	TOTAL		1 652 330,00 €	81 180,00 €	81 180,00 €		1 652 330,00 €	

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 12 de maio de 2021, procedeu-se a uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 30 de junho de 2021, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 30/06/2021

Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano	2021	Data	04-04-2022		
Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais				Dotações corrigidas	Observações
Rubricas		Designação	Tipo	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
D1		Despesas com o pessoal		323 808,89 €	34 560,00 €	11 000,00 €		347 368,89 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes		271 957,00 €	9 700,00 €	8 000,00 €		273 657,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		271 957,00 €	9 700,00 €	8 000,00 €		273 657,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		271 957,00 €	9 700,00 €	8 000,00 €		273 657,00 €	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL	271 957,00 €	9 700,00 €	8 000,00 €		273 657,00 €	
		0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	271 957,00 €	9 700,00 €	8 000,00 €		273 657,00 €	
		010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	M 40 140,00 €	2 800,00 €			42 940,00 €	
		010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	44 370,00 €	2 500,00 €			46 870,00 €	
		01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	M 44 370,00 €	2 500,00 €			46 870,00 €	
		010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	99 882,00 €	1 900,00 €			101 782,00 €	
		01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	M 99 882,00 €	1 900,00 €			101 782,00 €	
		010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	31 640,00 €		4 000,00 €		27 640,00 €	
		01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	M 31 640,00 €		4 000,00 €		27 640,00 €	
		010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	M 23 925,00 €		4 000,00 €		19 925,00 €	
		010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	M 32 000,00 €	2 500,00 €			34 500,00 €	
D13		Segurança social		51 851,89 €	24 860,00 €	3 000,00 €		73 711,89 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		51 851,89 €	24 860,00 €	3 000,00 €		73 711,89 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		51 851,89 €	24 860,00 €	3 000,00 €		73 711,89 €	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL	51 851,89 €	24 860,00 €	3 000,00 €		73 711,89 €	
		0103	SEGURANÇA SOCIAL	51 851,89 €	24 860,00 €	3 000,00 €		73 711,89 €	
		010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	M 560,00 €	560,00 €			1 120,00 €	
		010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	47 091,89 €	24 300,00 €			71 391,89 €	
		01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	47 091,89 €	24 300,00 €			71 391,89 €	
		0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	M 23 091,89 €	2 800,00 €			25 891,89 €	
		0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	M 24 000,00 €	21 500,00 €			45 500,00 €	
		010309	SEGUROS	4 200,00 €		3 000,00 €		1 200,00 €	
		01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	M 4 200,00 €		3 000,00 €		1 200,00 €	
D2		Aquisição de bens e serviços		390 287,00 €	311 300,00 €	15 967,00 €		685 620,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		390 287,00 €	311 300,00 €	15 967,00 €		685 620,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		390 287,00 €	311 300,00 €	15 967,00 €		685 620,00 €	
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	390 287,00 €	311 300,00 €	15 967,00 €		685 620,00 €	
		0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	390 287,00 €	311 300,00 €	15 967,00 €		685 620,00 €	
		020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	177 320,00 €	234 000,00 €			411 320,00 €	
		02021414	CAPACITAÇÃO DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTE	M	34 000,00 €			34 000,00 €	
		02021499	OUTROS	M 177 320,00 €	200 000,00 €			377 320,00 €	
		020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	182 967,00 €	62 300,00 €	15 967,00 €		229 300,00 €	
		02022003	CADASTRA E CAPACITA	M 90 967,00 €		15 967,00 €		75 000,00 €	
		02022004	PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL - FESTIVAL PATRIMONIO IMPROVAVEL	M 70 000,00 €	52 300,00 €			122 300,00 €	
		02022099	OUTROS	M 22 000,00 €	10 000,00 €			32 000,00 €	
		020225	OUTROS SERVIÇOS	30 000,00 €	15 000,00 €			45 000,00 €	
		02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	M 30 000,00 €	15 000,00 €			45 000,00 €	
D6		Aquisição de bens de capital		730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
		07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
		0701	INVESTIMENTOS	730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
		070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	587 690,00 €	101 436,40 €			689 126,40 €	
		07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	M 576 490,00 €	85 000,00 €			661 490,00 €	
		07010710	PROVERE	M 11 200,00 €	16 436,40 €			27 636,40 €	
		070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	143 100,00 €	105 000,00 €			248 100,00 €	
		07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	M 143 100,00 €	5 000,00 €			148 100,00 €	
		07010899	OUTRO	M	100 000,00 €			100 000,00 €	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				714 095,89 €	345 860,00 €	26 967,00 €	0,00 €	1 032 988,89 €	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL				730 790,00 €	206 436,40 €			937 226,40 €	
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS				1 444 885,89 €	552 296,40 €	26 967,00 €	0,00 €	1 970 215,29 €	
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS									
TOTAL				1 444 885,89 €	552 296,40 €	26 967,00 €		1 970 215,29 €	

Em 26 de julho de 2021 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 26 de julho de 2021, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 4 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 26/07/2021

Tipo de Visualização APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Orçamento Ano 2021

Data 04-04-2022

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação			Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas		Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
D1		Despesas com o pessoal		48 765,00 €	5 800,00 €	3 000,00 €		51 565,00 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes		47 565,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €		47 565,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		47 565,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €		47 565,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		47 565,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €		47 565,00 €	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		47 565,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €		47 565,00 €	
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		47 565,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €		47 565,00 €	
	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		27 640,00 €	3 000,00 €			30 640,00 €	
	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	27 640,00 €	3 000,00 €			30 640,00 €	
	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	P	19 925,00 €		3 000,00 €		16 925,00 €	
D13		Segurança social		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	010309	SEGUROS		1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	P	1 200,00 €	2 800,00 €			4 000,00 €	
D2		Aquisição de bens e serviços		1 077 320,00 €	11 000,00 €	13 800,00 €		1 074 520,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		1 077 320,00 €	11 000,00 €	13 800,00 €		1 074 520,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 077 320,00 €	11 000,00 €	13 800,00 €		1 074 520,00 €	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 077 320,00 €	11 000,00 €	13 800,00 €		1 074 520,00 €	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 077 320,00 €	11 000,00 €	13 800,00 €		1 074 520,00 €	
	020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		899 320,00 €	11 000,00 €	2 800,00 €		907 520,00 €	
	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	P	522 000,00 €	11 000,00 €			533 000,00 €	
	02021499	OUTROS	P	377 320,00 €		2 800,00 €		374 520,00 €	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		178 000,00 €		11 000,00 €		167 000,00 €	
	02022005	PICIEE	P	178 000,00 €		11 000,00 €		167 000,00 €	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				1 126 085,00 €	16 800,00 €	16 800,00 €	0,00 €	1 126 085,00 €	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL									
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS				1 126 085,00 €	16 800,00 €	16 800,00 €	0,00 €	1 126 085,00 €	
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS									
TOTAL				1 126 085,00 €	16 800,00 €	16 800,00 €	0,00 €	1 126 085,00 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 10 de Novembro de 2021 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 10 de novembro de 2021, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 5 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2021 DATA DE APROVAÇÃO 10/11/2021

Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano	2021	Data	04-04-2022	(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)	
Identificação da Classificação			Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas		Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
D1		Despesas com o pessoal		110 401,89€	8 000,00€	2 000,00€		116 401,89€	
D11		Remunerações Certas e Permanentes		77 510,00€	2 000,00€	2 000,00€		77 510,00€	
	01	ADMINISTRAÇÃO		77 510,00€	2 000,00€	2 000,00€		77 510,00€	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		77 510,00€	2 000,00€	2 000,00€		77 510,00€	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		77 510,00€	2 000,00€	2 000,00€		77 510,00€	
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		77 510,00€	2 000,00€	2 000,00€		77 510,00€	
	010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		46 870,00€	2 000,00€			48 870,00€	
	01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	46 870,00€	2 000,00€			48 870,00€	
	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		30 640,00€		2 000,00€		28 640,00€	
	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	30 640,00€		2 000,00€		28 640,00€	
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais		7 000,00€	3 000,00€			10 000,00€	
	01	ADMINISTRAÇÃO		7 000,00€	3 000,00€			10 000,00€	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		7 000,00€	3 000,00€			10 000,00€	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		7 000,00€	3 000,00€			10 000,00€	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7 000,00€	3 000,00€			10 000,00€	
	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	P	3 000,00€	2 000,00€			5 000,00€	
	010204	AJUDAS DE CUSTO	P	4 000,00€	1 000,00€			5 000,00€	
D13		Segurança social		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	01	ADMINISTRAÇÃO		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	P	25 891,89€	3 000,00€			28 891,89€	
D2		Aquisição de bens e serviços		978 000,00€		456 000,00€		522 000,00€	
	01	ADMINISTRAÇÃO		978 000,00€		456 000,00€		522 000,00€	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		978 000,00€		456 000,00€		522 000,00€	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		978 000,00€		456 000,00€		522 000,00€	
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		40 000,00€		3 000,00€		37 000,00€	
	020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	P	40 000,00€		3 000,00€		37 000,00€	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		938 000,00€		453 000,00€		485 000,00€	
	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	P	40 000,00€		33 000,00€		7 000,00€	
	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	P	150 000,00€		120 000,00€		30 000,00€	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		748 000,00€		300 000,00€		448 000,00€	
	02022002	PROVERE	P	625 700,00€		200 000,00€		425 700,00€	
	02022004	PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL - FESTIVAL PATRIMONIO IMPROVAVEL	P	122 300,00€		100 000,00€		22 300,00€	
D4		Transferências e subsídios correntes		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
D41		Transferências correntes		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
D414		Outras		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
	01	ADMINISTRAÇÃO		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
	0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
	040102	PRIVADAS	P	1 053 895,99€	450 000,00€			1 503 895,99€	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				2 142 297,88€	458 000,00€	458 000,00€	0,00€	2 142 297,88€	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL									
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS				2 142 297,88€	458 000,00€	458 000,00€	0,00€	2 142 297,88€	
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS									
TOTAL				2 142 297,88€	458 000,00€	458 000,00€	0,00€	2 142 297,88€	

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Em 12 de maio de 2021, procedeu-se a uma alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos, que foi aprovada em reunião do conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 12 de maio de 2021, afetando o plano plurianual de investimentos da seguinte forma:

ALTERAÇÕES PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ALTERAÇÃO NÚMERO: 2 – ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS

TIPO DE PLANO: GRANDE OPÇÕES DO PLANO

TIPO DE RUBRICA: CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

NÚMERO: 2

ANO: 2021

DATA APROVAÇÃO: 12-05-2021

OBJETIVO CLASSIFICADOR FUNCIONAL	PROJETO		DESIGNAÇÃO DO PROJETO		DATAS		PAGAMENTOS						MODIFICAÇÃO (+/-)		
	Código	Ano	Descrição	Classificação	Início	Fim	2021	2022	2023	2024	2025	Outros			
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2016	Funções gerais de administração pública	0102/07010701	01-01-2016	31-12-2021	632 330,00 €	632 330,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2016	Administração geral	0102/07010701	01-01-2016	31-12-2021	632 330,00 €	632 330,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2016	Modernização administrativa	0102/07010701	01-01-2016	31-12-2021	632 330,00 €	632 330,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2016	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/07010701	01-01-2016	31-12-2021	539 990,00 €	576 490,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2016	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	0102/07010701	01-01-2016	31-12-2021	539 990,00 €	576 490,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1402	2021	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/07010901	02-01-2021	31-12-2021	92 340,00 €	55 840,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1402	2021	PROVERE	0102/07010901	02-01-2021	31-12-2021	92 340,00 €	55 840,00 €							
							632 330,00 €	632 330,00 €							

Em 12 de maio de 2021, procedeu-se a uma alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 30 de junho de 2021, afetando o plano plurianual de investimentos da seguinte forma:

ALTERAÇÕES PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ALTERAÇÃO NÚMERO: 3 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS

TIPO DE PLANO: GRANDE OPÇÕES DO PLANO

TIPO DE RUBRICA: CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

NÚMERO: 3

ANO: 2021

DATA APROVAÇÃO: 30-06-2021

OBJETIVO CLASSIFICADOR FUNCIONAL	PROJETO		DESIGNAÇÃO DO PROJETO		DATAS		PAGAMENTOS						MODIFICAÇÃO (+/-)		
	Código	Ano	Descrição	Classificação	Início	Fim	2021	2022	2023	2024	2025	Outros			
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	Funções gerais de administração pública	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	730 790,00 €	937 226,40 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	Administração geral	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	730 790,00 €	937 226,40 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	Modernização administrativa	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	730 790,00 €	937 226,40 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	576 490,00 €	661 490,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	576 490,00 €	661 490,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	143 100,00 €	148 100,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2016	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	0102/07010801	01-01-2016	31-12-2021	143 100,00 €	148 100,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1002	2021	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/07010710	02-01-2021	31-12-2021	11 200,00 €	27 636,40 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1102	2021	PROVERE	0102/07010710	02-01-2021	31-12-2021	11 200,00 €	27 636,40 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1103	2021	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/07010899	15-06-2021	31-12-2021	100 000,00 €	100 000,00 €							
1.1.1.1.1.1.1.	1103	2021	SOFTWARE (GERAL)	0102/07010899	15-06-2021	31-12-2021	100 000,00 €	100 000,00 €							
							730 790,00 €	937 226,40 €							

4 – Operações de tesouraria

ANEXO IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Tipo de Contas	AMBAS	Ano
02-01-2021	Visualização de Contas s/ Mov.	NÃO	2021
31-12-2021			

CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	14 891,14 €		114,72 €	14 776,42 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	14 891,14 €		114,72 €	14 776,42 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	14 776,42 €			14 776,42 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	114,72 €		114,72 €	
TOTAL			14 891,14 €	0,00 €	114,72 €	14 776,42 €

5.2 – Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

ANEXO VI - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Tipo de Consulta	Todos, com exceção dos anulados e arquivados
<i>(exclusão dos contratos diversos e exclusão dos contratos cuja modalidade de adjudicação é no âmbito do COVID)</i>	

Ano	2021
-----	------

Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Concurso de Conceção		Pareceria para Inovação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
Empreitadas de obras públicas	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]
Aquisição de serviços	2	559 623,49€						45	1 803 914,87€						47	2 363 538,36€
Locação ou aquisição de bens móveis	4	1 116 226,70€						2	71 702,85€						6	1 187 929,55€
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos	1	385 589,98€						1	70 110,00€						2	455 699,98€
Outros	7	2 061 440,17€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	48	1 945 727,72€	0	0,00€	0	0,00€	55	4 007 167,89€
TOTAL																

5.3 – EC – Encargos Contratuais

EC - ENCARGOS CONTRATUAIS
(Cm Das Terms de Trás - Os - Montes)

Número de Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Número de Compromisso	Valor do Compromisso	Data de celebração	CONTRATO		Preço Base	C/IVA	S/IVA	Data de conclusão (Inicial)	Data de conclusão (revista)	Número do registro	Data	Grupo da Fonte de Financ.	Cód.	Descrição	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano [N]	Pagamentos previstos até final do ano N	Pagamentos acumulados até [N-1]	Pagamentos previstos para anos futuros										
						Preço	Prazo															[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	[22]		
11 (11/2020)	7330000-4	50701035	2019/77	242.933,84	06-12-2018	295.528,45	363.099,99	295.528,45	17,1	295.528,45	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	97.545,82	144.787,52	121.166,65											
12 (12/2019)	7330000-4	50701035	2019/77	242.933,84	21-11-2019	15.000,00	18.450,00	15.000,00	17,2	15.000,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	16-09-2021	18.450,00		58.350,00											
15 (03/2020)	8010000-5	50687262	2020/62	18.450,00	09-01-2020	60.000,00	73.800,00	60.000,00	17,3	60.000,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	08-04-2021	2.117,14		121.855,56											
16 (03/2020)	7330000-4	50687262	2020/71	18.450,00	11-02-2020	19.940,00	24.531,12	19.940,00	17,4	19.940,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	08-04-2021	8.594,68		121.855,56											
17 (04/2020)	64210000-1	50461937	2020/82	10.711,82	13-02-2020	28.126,64	32.135,77	28.126,64	17,5	28.126,64	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	08-04-2021	9.790,80		19.951,60											
18 (05/2020)	7330000-4	50146799	2020/90	29.372,40	01-03-2020	39.800,00	48.854,00	39.800,00	17,6	39.800,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	3.743,11		18.859,63											
19 (06/2020)	60110000-6	50038619	2020/104	6.925,97	01-03-2020	29.780,00	25.185,60	29.780,00	17,7	29.780,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	2.852,86		17.004,75											
31 (18/2020)	7221224-5	50533187	2020/168	7.387,75	09-07-2020	19.750,00	24.332,50	19.750,00	17,8	19.750,00	08-06-2020	08-06-2020	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	9.332,62		0,01											
33 (20/2020)	79633000-0	50161782	2020/232	9.332,63	03-06-2020	7.587,50	9.372,64	7.587,50	17,9	7.587,50	31-05-2021	31-05-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	9.332,62		0,01											
34 (21/2020)	80200000-0	51037652	2020/233	33.279,00	03-06-2020	39.000,00	47.970,00	39.000,00	18,0	39.000,00	03-06-2020	03-06-2020	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	33.279,00		14.391,00											
35 (22/2020)	60112000-6	502338813	2020/301	16.890,30	23-06-2020	36.742,42	38.846,96	36.742,42	18,1	36.742,42	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	15.161,96		1.698,34											
36 (23/2020)	60112000-6	500698817	2020/300	2.482,81	17-06-2020	8.171,74	8.662,08	8.171,74	18,2	8.171,74	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	29-01-2021	2.887,36		5.774,72											
37 (24/2020)	60112000-6	900716218	2020/309	2.482,81	14-01-2021	7.026,84	7.448,45	7.026,84	18,3	7.026,84	14-06-2021	13-06-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	19-04-2021	1.241,41		1.241,40											
41 (11/2021)	7330000-4	50652638	2021/77	21.525,00	08-04-2021	19.900,00	24.387,70	19.900,00	18,4	19.900,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	21.525,00		4.288,04											
48 (8/2021)	7330000-4	50475606	2021/121	24.387,70	06-05-2021	54.500,00	67.850,00	54.500,00	18,5	54.500,00	31-05-2021	31-05-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	21-06-2021	67.035,00		12.298,85											
52 (13/2021)	7330000-4	51035039	2021/121	67.035,00	20-05-2021	7.725,00	9.901,75	7.725,00	18,6	7.725,00	30-09-2021	30-09-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	15-09-2021	9.501,75		18.208,69											
56 (16/2021)	7330000-4	51148199	2021/139	9.901,75	10-05-2021	7.767,44	9.800,00	7.767,44	18,7	7.767,44	31-10-2021	31-10-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	07-10-2021	7.967,74		170.960,63											
57 (17/2021)	7330000-4	51332948	2021/146	69.376,00	25-05-2021	198.387,50	240.326,63	198.387,50	18,8	198.387,50	31-05-2021	31-05-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	30-11-2021	69.376,00		20.904,58											
58 (18/2021)	89500000-9	50932669	2021/284	22.725,02	07-05-2021	18.500,00	22.725,02	18.500,00	18,9	18.500,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	30-11-2021	1.850,44		10.209,00											
59 (19/2021)	50238000-1	50134195	2021/352	10.209,00	02-06-2021	8.200,00	10.209,00	8.200,00	19,0	8.200,00	31-10-2021	31-10-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	10.209,00		20.904,58											
61 (20/2021)	72610000-9	50533187	2021/353	55.684,00	11-06-2021	42.280,00	55.684,00	42.280,00	19,1	42.280,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	55.684,00		11.444,00											
62 (21/2021)	79950000-8	513628653	2021/359	114.144,00	04-06-2021	116.000,00	142.880,00	116.000,00	19,2	116.000,00	29-12-2021	29-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	15-07-2021	114.144,00		11.444,00											
65 (24/2021)	90000000-0	503657891	2021/449	3.106,61	01-06-2021	8.539,00	10.592,97	8.539,00	19,3	8.539,00	07-06-2021	07-06-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	22-06-2021	3.106,61		3.106,61											
64 (24/2021)	90000000-0	515338346	2021/449	8.640,00	25-06-2021	8.640,00	10.627,20	8.640,00	19,4	8.640,00	31-10-2021	31-10-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	22-06-2021	8.640,00		8.640,00											
66 (25/2021)	60000000-8	512835,20	2021/444	12.835,20	01-07-2021	11.920,00	14.625,20	11.920,00	19,5	11.920,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	30-11-2021	12.835,20		4.288,04											
67 (26/2021)	60000000-8	500695817	2021/455	55.485,13	01-07-2021	52.352,00	55.693,13	52.352,00	19,6	52.352,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	30-11-2021	57.284,44		18.450,00											
68 (28/2021)	60000000-8	504844285	2021/256	38.450,00	14-07-2021	15.000,00	18.450,00	15.000,00	19,7	15.000,00	31-12-2021	31-12-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	14-09-2021	37.284,44		18.450,00											
69 (29/2021)	72000000-9	513117653	2021/264	76.383,00	23-07-2021	62.100,00	76.383,00	62.100,00	19,8	62.100,00	29-08-2021	29-08-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	16-09-2021	76.383,00		18.450,00											
70 (29/2021)	92230000-8	50533187	2021/265	159.786,41	29-07-2021	129.867,00	159.786,41	129.867,00	19,9	129.867,00	29-08-2021	29-08-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	31-10-2021	159.786,41		18.450,00											
71 (30/2021)	72000000-9	50533187	2021/265	159.786,41	29-07-2021	129.867,00	159.786,41	129.867,00	20,0	129.867,00	29-08-2021	29-08-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	31-10-2021	159.786,41		18.450,00											
72 (31/2021)	72000000-9	50533187	2021/265	159.786,41	29-07-2021	129.867,00	159.786,41	129.867,00	20,1	129.867,00	29-08-2021	29-08-2021	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	31-10-2021	159.786,41		18.450,00											
73 (31/2021)	73410000-6	50685190	2021/310	40.202,55	04-08-2021	33.685,00	40.202,55	33.685,00	20,2	33.685,00	04-01-2025	04-01-2025	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	09-09-2021	61.483,83		26.801,70											
74 (31/2021)	73410000-6	50685190	2021/310	40.202,55	04-08-2021	33.685,00	40.202,55	33.685,00	20,3	33.685,00	04-01-2025	04-01-2025	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	09-09-2021	61.483,83		26.801,70											
75 (31/2021)	73410000-6	50685190	2021/310	40.202,55	04-08-2021	33.685,00	40.202,55	33.685,00	20,4	33.685,00	04-01-2025	04-01-2025	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços	09-09-2021	61.483,83		26.801,70											
76 (31/2021)	73410000-6	50685190	2021/310	40.202,55	04-08-2021	33.685,00	40.202,55	33.685,00	20,5	33.685,00	04-01-2025	04-01-2025	10	11	RP	D2	Aquisição de bens e serviços</															

6 – Transferências e subsídios recebidos

ANEXO VIII – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	02-01-2021 31-12-2021		Visualização de registos sem execução				Ano 2021		
			Não		2021				
Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
Transferências correntes	[1]	[2]	[3]						
0603019901 - DGAL	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	600035972	Direcção - Geral Das Autarquias Locais	270 991,00 €	270 991,00 €			
0603019901 - DGAL	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	600086992	Fundo Ambiental	270 991,00 €	41 089,30 €	-41 089,30 €		
0603019902 - OUTRAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	600086992	Fundo Ambiental	738 800,00 €	417 170,69 €	321 629,31 €		
0603019902 - OUTRAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	720013640	Fundo Florestal Permanente	738 800,00 €	15 946,00 €	305 683,31 €		
06030601 - FEDER (CORRENTE)	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	500715505	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Ip	1 532 463,51 €	79 408,80 €	1 453 054,71 €		
06030601 - FEDER (CORRENTE)	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	510928374	Agência de Desenvolvimento E Coesão	1 532 463,51 €	756 201,92 €	696 852,79 €		
06030602 - FSE (CORRENTE)	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	500715505	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Ip	965 927,35 €	458 150,64 €	507 776,71 €		
0605010101 - MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506647498	Município de Alfrandega da Fé	157 623,65 €	133 470,26 €	24 153,39 €		
0605010102 - MUNICIPIO DE BRAGANÇA	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente	506215547	Camara Municipal de Bragança	145 476,47 €	112 793,53 €	32 744,94 €		
0605010103 - MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	331 012,10 €	470 405,50 €	-139 393,40 €		
0605010104 - MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506806898	Camara Municipal de Miranda do Douro	192 884,05 €	180 931,87 €	11 952,18 €		
0605010105 - MUNICIPIO DE MIRANDELA	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506881784	Município de Mirandela	268 363,30 €	245 355,59 €	23 007,71 €		
0605010106 - MUNICIPIO DE MCGADOURO	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506851168	Município de Mogadouro	382 588,30 €	383 192,56 €	-604,26 €		
0605010107 - MUNICIPIO DE VILA FLOR	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506696464	Município de Vila Flor	115 979,72 €	125 798,27 €	-9 818,55 €		
0605010108 - MUNICIPIO DE VIMIOSO	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	506627888	Município de Vimioso	87 915,90 €	65 143,37 €	22 772,53 €		
0605010109 - MUNICIPIO DE VINHAIS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa corrente - Transportes	501156003	Município de Vinhais	157 117,49 €	138 933,61 €	18 183,88 €		
10090701 - FEDER (CAPITAL)	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesa de capital	510928374	Agência de Desenvolvimento E Coesão	803 713,99 €	627 829,44 €	175 884,55 €		
Transferências correntes					5 347 144,84 €	3 894 922,91 €	1 452 221,93 €		
Transferências de capital					803 713,99 €	627 829,44 €	175 884,55 €		
Total Transferências					6 150 858,83 €	4 522 752,35 €	1 628 106,48 €		
Subsídios									
Total subsídios									

7 – Transferências e subsídios concedidos

ANEXO VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Visualização de registos sem execução		Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações		
	02-01-2021 31-12-2021	Ano 2021							
Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[6]-[5]	[8]	[9]
Transferências correntes									
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	500038619	1 503 895,99 €	18 671,31 €	18 672,31 €			
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	500095817	1 503 895,99 €	482 451,61 €	482 451,61 €			
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	500095914	1 503 895,99 €	90 063,97 €	90 063,97 €			
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	500262713	1 503 895,99 €	134 964,38 €	134 964,38 €			
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	500716218	1 503 895,99 €	35 435,58 €	35 435,58 €			
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Compensações Transportes	502538813	1 503 895,99 €	614 300,65 €	614 300,65 €			
0405010402 - AMTQT	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesas Correntes	501383018	110 000,00 €	107 333,23 €	107 333,23 €			
0405010403 - AMTFNT	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	Despesas Correntes	504004522	55 000,00 €	28 590,15 €	28 590,15 €			
Total transferências correntes				1 668 895,99 €	1 511 810,88 €	1 511 810,88 €			
Transferências de capital									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Total subsídios									

Handwritten signatures and initials in blue ink.